



Anais da Assembléia

Nº 126

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 02 DE SETEMBRO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado **ORLANDO PESSUTI**
PRN Deputado **NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS**
PFL Deputado **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO**
PDT Deputado **PAULO MAIA**
PTB Deputado **ERONDY SILVÉRIO**
PSDB Deputado **ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI**
PT Deputado **FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)**
PL Deputado **JOSÉ COLOMBINO GRASSANO**
PST Deputado **GERALDO CARTÁRIO**

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toffi Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinatto - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dullio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emília de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Mala de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Placentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esportes e Turismo. - (•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 83ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 1992**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, João Iensen, João Preis, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni e Severino Félix (38). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Basílio Zannusso, Cezar Silvestri, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Élio Rusch, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, José Alves, Lygia Pupatto, Luiz Antônio Setti, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Justus e Toti Colaço (14). - Em licença os Senhores Deputados Albino Corazza e Rafael Greca de Macedo (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Ofício nº 33/92
Senhor Presidente.

Solicito junto a Mesa desta Casa de Leis, justificativas à minha ausência na Sessão Ordinária do dia 2 de setembro, em função de estar participando da Comissão Interparlamentar, aprovada na Sessão Ordinária do dia 1º de setembro, para intervir nas negociações junto ao Reitor da Pontifícia Universidade Católica.

Sendo o que se apresenta para o momen-

to, subscrevo-me.

Sala das Sessões, em 02.09.92.

(a) LYGIA PUPATTO

Ofício nº 450/92

Senhor Presidente.

Sirvo-me do presente para solicitar a Vossa Excelência dispensa aos trabalhos legislativos em Plenário neste dia 02 de setembro, tendo em vista compromissos inadiáveis assumidos junto ao eleitorado do Município de Cianorte.

Na expectativa de que Vossa Excelência atenda o pedido, antecipo os mais sinceros agradecimentos pela atenção.

Sala das Sessões, em 02.09.92.

(a) MÁRIO BEZERRA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1367

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 02.09.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1374

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que sejam comunicados os Senhores Deputados de seu desligamento nessa data da Bancada do Partido da Reconstrução Nacional - PRN.

Sala das Sessões, em 02.09.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO Nº 1363

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento prematuro e inesperado do empresário Ari Busato, residente na sede do município de Almirante Tamandaré, irmão do candidato a prefeito daquele município Senhor Ariel Busato.

Sala das Sessões, em 02.09.92.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1363-A

SÚMULA: MOÇÃO DE APOIO

A ser enviada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República em favor do Excelentíssimo Juiz Indalécio Gomes Neto.

Senhor Presidente.

Os Deputados que esta subscrevem, reque-rem, após ouvido o douto Plenário, seja enviada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Moção de Apoio do Legislativo Paranaense ao nome de Sua Excelência, o Digníssimo Senhor Indalécio Gomes Neto, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 9.^a Região, para sua nomeação ao cargo de Ministro do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho, constitucionalmente reservado a Juiz de carreira.

Sala das Sessões, em 02.09.92.

(aa) Nelson Justus, João Arruda, Luiz Carlos Martins, Duílio Genari, José Arthur Ritti, João Iensen, Costenaro Neto, Nelson Garcia, Toti Colaço, Edson Silva Lino, Renato Adur, Djalma de Almeida Cesar, Oswaldo Trevisan, Anibal Khury, Lourenço Fregonese, Elio Rush, Ademar Traiano, Dirceu Manfrinato, Orlando Pessuti, Luiz Carlos Alborghetti, Dalton Machuca, Heinz Herwig, Rossoni, Cleiton Kielse, Plauto Miró Guimarães, Severino Félix, Erondy Silvério e Emilia Belinati.

JUSTIFICATIVA:

O Tribunal Superior do Trabalho, em sessão realizada na semana próxima passada, pelo voto de seus Ministros togados, incluiu o nome do ilustre magistrado do TRT do Paraná, Dr. INDALELIO GOMES NETO, em lista tríplice de merecimento, para promoção àquela Egrégia Corte Superior Trabalhista, em vaga destinada aos juizes de carreira.

O incluíto magistrado tem a seu favor uma notável folha de serviços, obtida pelo esforço e dedicação pessoais à causa da Justiça do Trabalho.

Ingressou na magistratura em 1971, aprovado em concurso público de provas e títulos. Foi promovido em 1974, pelo critério de merecimento, ao cargo de Juiz Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento. Encontrava-se jurisdicionado a 1.^a Junta de Curitiba quando, em 1981, foi promovido, novamente por merecimento, ao Tribunal Regional do Trabalho da 9.^a Região. Neste, exerceu a presidência da Primeira Turma; foi vice-presidente do Tribunal de 1988 a 1989, ano em que foi eleito, por unânime escolha de seus pares, para a presidência do órgão, exercida no biênio encerrado em 1991.

Em sua gestão à frente do TRT paranaense, desenvolveu ingente e incessante esforço para dotar o Paraná de melhores instalações judiciárias e de proporcionar a instalação de JCs na Capital e no Interior, visando o melhor atendimento de toda a comunidade estadual, para solução rápida e eficaz das lides de natureza trabalhista.

Instalou 4 novas Juntas em Curitiba, a 2.^a JCI de Maringá, a 2.^a de Cascavel, do-

tando também as cidades de Cianorte, Campo Mourão, Ivaiporã, Pato Branco e Toledo de unidades judiciárias do trabalho. Logrou, ainda, a informatização da Justiça do Trabalho de segunda instância em nosso Estado. Por fim, tomou a iniciativa de propor a criação de 27 novas Juntas para o Paraná, através de estudo que, felizmente, foi transformado em projeto de lei do TST, já aprovado no Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República.

Juiz íntegro, operoso e culto, tem granjeado o respeito e a admiração da comunidade paranaense e, mercê de seus dotes intelectuais e sua inegável cultura jurídica, obteve o espontâneo reconhecimento do Tribunal Superior do Trabalho, que, por decisão de seus Ministros, o indica agora à promoção ao cargo de Ministro daquela Corte de Justiça.

Justo, assim, que o Poder Legislativo do Estado empenhe-se na indicação do aludido magistrado, recomendando-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, porquanto a nomeação final significará, também, o prestigiamento do próprio Paraná.

REQUERIMENTO N° 1372

Senhor Presidente.

A Comissão Especial, que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhada ao Governador do Estado, Senhor Roberto Requião; ao Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Luís Renato Pedroso; ao Secretário de Estado da Justiça, Senhor Goyá Campos; ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Senhor Moacir José Favetti; ao Comandante da Polícia Militar, Cel. Miguel Arcanjo Capriotti; e ao Delegado-Chefe da Polícia Civil do Paraná, Senhor José Maria Correia, as conclusões dos trabalhos desenvolvidos através da Comissão Especial, e que versaram sobre a grave problemática do sistema penitenciário e da segurança pública em Londrina, apresentando solução para as principais questões.

Sala das Sessões, em 02.09.92.

(aa) EMILIA BELINATI

LYGIA PUPATTO

HEINZ HERWIG

JOSÉ TAVARES

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Relatório da Comissão Especial da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para análise e indicação de providências relativas ao problema da segurança, e em especial do sistema carcerário de Londrina.

Da Constituição da Comissão

Atendendo a requerimento da Deputada Emilia Belinati (anexo 1), foi aprovada no dia 24 do mês de junho de 1992 (anexo 2),

a constituição da Comissão Especial composta pelos Deputados Emilia Belinati (coordenadora), Lygia Pupatto (relatora), Heinz Georg Herwig, José Tavares e Luiz Carlos Alborghetti.

Dos Objetivos

A Comissão Especial foi criada pela necessidade de se buscar soluções à precariedade do sistema penitenciário e da segurança pública de Londrina. Há muito que aquela comunidade se ressentia da falta de providências efetivas às constantes reivindicações feitas por ex-Prefeitos, Deputados Estaduais de outras legislaturas, Vereadores Municipais, Clubes de Serviços como Rotary e Lions, sempre manifestando-se por soluções urgentes.

Enquanto faltam ou demoram as decisões políticas, os problemas se avolumam e se aprofundam. Só não se tornaram insustentáveis, graças a iniciativas tomadas pela comunidade, através de entidades como o Conselho Comunitário de Segurança. Ou, ainda, na Comissão Regional de Prevenção da AIDS, reclamou, como devido, atenção especial aos presos portadores do vírus HIV, que estão na cadeia sem a assistência adequada.

As insistentes reivindicações da comunidade, especialmente no que se refere à construção do minipresídio, vinham sendo tratadas na Assembléia, mas sem que isto surtisse os efeitos necessários.

Em vista destas circunstâncias, foi proposta a formação da Comissão Especial, com Deputados oriundos daquela Região, para ir conhecer mais profundamente as proporções da crise e contribuir para que sejam viabilizadas as medidas necessárias à sua superação.

Dos Trabalhos

Instalada a Comissão, estabelecidos os contatos com os órgãos e entidades ligadas à segurança em Londrina, definiu-se o dia 29 de julho para a verificação "in loco" da situação.

No dia marcado a Comissão visitou os diversos órgãos e entidades ligadas à questão da Segurança Pública, de Defesa dos Direitos Humanos e de acompanhamento dos apenados, constatando-se a situação que se relata a seguir:

1 - Departamento de Polícia Civil do Estado do Paraná - Seção Instituto de Criminalística de Londrina.

A Comissão acompanhada do perito Chefe, Del. José Lauro da Silveira, visitou as instalações da Seção do Instituto de Londrina e tomou conhecimento que atende atualmente 76 (setenta e seis) municípios, com população de 1.700.000 (um milhão e setecentos mil) habitantes. E em 19 anos de existência, seu quadro de peritos vem sendo reduzido gradativamente, em razão de

aposentadorias, demissões e da desestimulante política salarial; a edificação que abriga o Instituto é de 330 m² e não dispõe sequer de funcionários que cuidem da limpeza (anexo 3): Isto, sem contar que as viaturas utilizadas são um número reduzido e precárias.

Foi constatado, ainda, que os equipamentos utilizados para a perícia técnica são obsoletos, não acompanhando o desenvolvimento tecnológico e não satisfazendo as necessidades do Instituto.

Segundo informações prestadas à Comissão, é urgente a contratação de pessoal: zeladoras, motoristas, secretárias, desenhistas, fotógrafos, nomeação e designação de peritos aprovados em Concurso Público; a renovação da frota de veículos; a compra de máquinas de escrever, de um computador para substituir as fichas e papéis acumulados desde a criação do Instituto, de máquinas fotográficas, de uma copiadora heliográfica e especialmente a construção de uma sede apropriada para o Instituto.

2 - Cadeia Pública - 10.^a Subdivisão Policial de Londrina.

A edificação que abriga a 10.^a Subdivisão Policial de Londrina, a Cadeia Pública e o IML é antiga e está em péssimo estado de conservação. A Comissão foi informada pelo delegado Clóvis Galvão, que em épocas de chuvas a parte superior do edifício fica alagada, já que o forro é de madeira, facilitando também a fuga de presos, como ocorreu no dia 12 de junho p.p.

A Comissão constatou que a cadeia funciona fora dos padrões legais (Lei de Execução Penal), ressaltando precariedades como: cozinha pequena em relação à quantidade de alimentação consumida diariamente e utensílios em péssimas condições de uso; piso velho, mal conservado, com infiltrações de esgoto; sistema hidráulico comprometido. Enfim, instalações infectas e impróprias para abrigar qualquer ser humano.

A atual estrutura do prédio tem capacidade para no máximo 70 (setenta) presos, de acordo com a Lei de Execução Penal. No entanto, a população carcerária atual é de 120 (cento e vinte) detentos, entre presos temporários e apenados. E isto porque muitos já foram transferidos para outros estabelecimentos, depois da última fuga.

Outro problema grave é o fato de não existirem celas individuais, (de acordo com a Lei de Execução Penal, cada detento tem o direito a uma cela de no mínimo 12 m²). Na Cadeia Pública de Londrina as celas são coletivas, com metragem inferior ao mínimo estabelecido em lei, sujas, úmidas, escuras e com pouca ventilação. Por falta de espaço, presos convivem com portadores do vírus HIV, que não recebem tratamento adequado.

Segundo informações levantadas junto

ao Programa Pró-Egresso, as celas da Cadeia foram concebidas originalmente para 2 (dois) presos temporários. Todavia, constatou-se existir um conjunto de 4 (quatro) celas, conhecidas como "malvinas", destinadas aos reclusos de comportamento irregular. Menores que as demais, as "malvinas" abrigam mais de 20 (vinte) detentos. Esse conjunto de celas é ainda mais sujo, escuro, sem nenhuma ventilação. Mas, segundo os próprios detentos, apesar das péssimas condições, eles preferem permanecer nessas celas, confinados, evitando contatos com encarcerados instalados em outras celas e mesmo saírem para o pátio da cadeia, temerosos de serem assassinados. O pátio é de tamanho reduzido, impossibilitando qualquer atividade física dos detentos.

A parte destinada à administração da 10.^a Subdivisão Policial de Londrina tem muitas dificuldades de funcionamento, em razão da falta de espaço físico e dos aparelhos e equipamentos serem obsoletos.

Ao conhecer as condições de funcionamento do Instituto Médico Legal, localizado num anexo da Cadeia Pública, a Comissão verificou que ele se encontra em péssimas condições. Segundo o Delegado Clóvis Galvão, há falta de pessoal para atendimento, como médicos-legistas, não existe alojamento para os profissionais que ficam de plantão; os equipamentos e instrumentos não estão em condições adequadas de uso; o sistema de ventilação é inadequado. Sem contar que falta material básico para o trabalho. Em função destas deficiências, são constantes os relatos de dramas vividos por famílias inteiras, obrigadas a esperar muitas horas ou até dias pela liberação de corpos, porque não há médico-legista ou não tem formol.

Com relação às dependências onde funciona o atendimento médico, oferecido pelo Pró-Egresso, a Comissão constatou que as salas são pequenas, não existindo, sequer uma pia para que o médico responsável possa lavar as mãos. A coordenadora do Programa, Professora Márcia Helena Lopes Carvalho, informou que os armários e as cadeiras foram trazidas pelos próprios responsáveis pelo Programa.

Esta Comissão conheceu através de documento elaborado pelo setor de estatística e arquivo da 10.^a Subdivisão Policial de Londrina, de suas reivindicações e necessidades (anexo 4).

Também chegou às mãos desta Comissão documento, datado de 15 de março de 1.992, enviado ao Senhor Governador do Estado, Roberto Requião, pelo coordenador da Comissão Regional de Prevenção à AIDS, Dr. José Luiz da Silveira Baldy, que dá conta da situação de precariedade a que são submetidos os presos, dondese conclui que o

Estado tem pleno conhecimento dos fatos.

Sobre a condição de saúde dos detentos foram detectados diversos casos de doenças contagiosas, principalmente as sexualmente transmissíveis. Segundo estas informações, no inquérito sorológico realizado em dezembro de 1.991, dos 179 (cento e setenta e nove) detentos examinados, 21, (vinte e um), ou 11,7%, tinham teste positivo de AIDS (documento anexo 5).

Segundo a coordenadora do Pró-Egresso, Prof.^a Márcia Helena Lopes Carvalho, existem também casos de tuberculose, lepra, sífilis e de deficiência pulmonar, dentre outros.

3 - Polícia Militar do Paraná - Comando do Policiamento do Interior - 5º Batalhão de Polícia Militar ("Batalhão Coronel Mainguê")

A Comissão, acompanhada do Ten. Cel. Kreili Quinsler, visitou as dependências do 5º B.P.M. constatando a necessidade urgente de manutenção, ampliação e renovação da frota de veículos daquele Batalhão, além da aquisição imediata de equipamentos, materiais e da reestruturação da rede de comunicação (anexo 6).

4 - Obras do Minipresídio

Ao visitar o local onde será instalado o minipresídio, a Comissão constatou que as obras estão paralisadas há aproximadamente 4 anos. Segundo informações do Conselho Comunitário de Segurança, somente em março último foi aberto novo processo licitatório para a contratação dos serviços para execução da obra. Entretanto, a coordenadora do Pró-Egresso, o delegado e o Promotor Público questionaram os responsáveis técnicos do Departamento Estadual de Obras e Construção (DECON), sobre algumas deficiências do projeto do minipresídio, tais como: ausência de celas individuais, disposição das celas, oficinas; e outras falhas que não atendem às exigências legais. A mais grave delas é a existência de uma ala para menores, o que é proibido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Foi passado à Comissão documento descrevendo a tramitação do processo para construção do minipresídio (anexo 7).

PRO-EGRESSO

O Programa foi concebido através de convênio entre a Universidade Estadual de Londrina e o Governo do Estado do Paraná, via Secretaria de Estado da Justiça, para atendimento aos condenados que cumprem pena em regime aberto. No entanto, o Pró-Egresso tem atuado também no interior da Cadeia Pública, desenvolvendo trabalho nas áreas jurídicas, de saúde, psicologia e de cultura, atendendo 147 (cento e quarenta e

sete) condenados em regime aberto e 120 (cento e vinte) em regime fechado, num total de 267 (duzentos e sessenta e sete) beneficiados diretos.

Os trabalhos do Programa atendem dos condenados aos familiares, com proposta de extensão também aos funcionários da Cadeia Pública. Apesar da amplitude e reconhecimento público do Programa, a Secretaria de Estado da Justiça não vem cumprindo sua parte no convênio. A Comissão foi informada que as bolsas dos estagiários, com valor irrisório de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros), não vêm sendo pagas em dia, levando vários deles a desistirem do projeto. As verbas destinadas a auxílio-coordenação, despesas administrativas e aluguel, que totalizam mensalmente Cr\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil cruzeiros), apesar de sua insignificância, não são repassados no prazo estabelecido. Pelo contrário, chegam a atrasar até 6 meses.

5 - Reunião com o Conselho Comunitário de Segurança de Londrina

Participaram desta reunião representantes do Conselho Comunitário de Segurança de Londrina, da Federação dos Moradores de Londrina, do 5º BPM, da Associação Comercial e Industrial de Londrina, da 10ª Subdivisão Policial, do Poder Judiciário, Associação das Esposas dos Policiais Militares, entre outras autoridades.

O Presidente do Conselho Comunitário de Londrina iniciou a reunião relatando as várias iniciativas das autoridades e entidades do Município no sentido de superar os problemas carcerários e/ou de segurança.

Na ocasião, a Comissão recebeu do Conselho diversos documentos, que auxiliam a compreensão dos fatos e da situação, a seguir discriminados:

- 1 - Ofício do Conselho Comunitário de Segurança de Londrina, com data de 16 de março de 1.992, ao Governador do Estado, sobre as necessidades do 5º BPM (anexo 8).
- 2 - Ofício do Conselho Comunitário de Segurança de Londrina com data de 24 de julho de 1.992, ao Senhor Governador do Estado, reivindicando ações no sentido de resolver os problemas de segurança em Londrina (anexo 9).
- 3 - Documento do Poder Judiciário, com data de 22 de junho de 1.992, sugerindo que fique a cargo do Juiz de Londrina o exame dos pedidos de progressão do regime de cumprimento de pena (anexo 10).
- 4 - Ofício do Conselho Comunitário de Londrina para o Deputado José Tavares solicitando providências em relação ao descaso da segurança em Londrina (anexo 11).

- 5 - Ofício do DECON ao Secretário de Estado da Segurança Pública para encaminhamento relativo à construção do prédio da Polícia Científica (anexo 12).
- 6 - Documento da Associação das Esposas dos Policiais Militares solicitando melhores condições de trabalho para os Policiais Militares (anexo 13).

CONCLUSÃO

Torna-se desnecessário enfatizar a importância da Região de Londrina no contexto estadual. Ali, o desenvolvimento ocorreu de forma rápida. Se por um lado isto é positivo, os problemas sociais advindos desse desenvolvimento cresceram na mesma proporção, ou com maior velocidade, dado a fatores alheios à conjuntura local. Dentre eles está a falta de segurança pública.

Esta questão se agrava, na medida em que aumentam os índices de violência e criminalidade. Apesar delas decorrerem principalmente de problemas sociais como má distribuição de renda, falta de acesso à educação, desemprego, êxodo rural e tantos outros, que só serão resolvidos dentro de uma política global, não se pode utilizar essa situação como justificativa para o descaso com que tem sido tratada a segurança no Estado, e em especial a Região de Londrina.

Há muito tempo o problema ali atingiu contornos graves e desesperadores, tanto no que diz respeito à proteção da própria população - objeto da existência do Estado - como no que se refere aos recursos humanos, técnicos e materiais disponíveis nos órgãos encarregados de atuar neste setor. Os Deputados Estaduais, integrantes desta Comissão Especial, não desconheciam a profundidade da crise que envolve a segurança pública do Município. Mas foi com indignação que verificaram as precaríssimas condições a que está relegado o setor, por falta da devida atenção dos Poderes Públicos.

Exemplo emblemático disto é a Cadeia Pública, que não merecia esta designação. O velho prédio não passa de um fétido, sinistro e decomposto depósito de presos, comprovando que a realidade pode superar o conceito prévio que dela se possa fazer. Os homens que lá estão recolhidos vivem amontoados, em condições subumanas. A eles até ventilação é negada.

Pagam dupla pena: a perda da liberdade, acumulada com perda no mínimo de dignidade. Estão sujeitos ao contágio de diversas doenças, inclusive a AIDS; não têm como desenvolver qualquer atividade, por não disporem de espaço. Muitos até já cumpriram seus períodos de pena, mas por

falta de condições financeiras e a devida assistência jurídica, lá ainda permanecem, entregues a própria sorte.

Um dos problemas do excesso de lotação decorre da impossibilidade de se fazer cumprir a Lei de Execução Penal, pois a centralização do trabalho na Vara de Execuções Penais, em Curitiba, não permite que o Juiz local transfira os réus para os estabelecimentos penitenciários adequados à pena - regime fechado ou semi-aberto. Sendo assim, a descentralização dos trabalhos da Vara de Execuções Penais resultaria na diminuição do número de presos em Londrina.

De outro lado, as Polícias Civil e Militar se ressentem da falta de tudo para desenvolver suas tarefas. Não há sequer apito para aqueles que atuam no trânsito; faltam balas, armas em condições de uso, viaturas para atender a demanda crescente dos chamados, homens em número suficiente para realizar policiamento. E os policiais devem fazer seu trabalho de "peito aberto", correndo diariamente risco de vida, porque não há coletes à prova de balas. Em contrapartida, os salários - enfatizam as mulheres dos PMs - são baixos e insuficientes para manter suas famílias.

Fica claro que essa situação se agrava diante da ausência de providências do Poder Público, que constantemente vem sendo solicitado a agir, para evitar que a estrutura da segurança pública de Londrina desmorone de vez. Tais pedidos e apelos se mostram inúteis ou tem resposta insuficiente. É o caso do minipresídio, proposta já admitida como necessária pelo Estado, mas cuja execução esbarra em adiamentos constantes, em decisões que sempre tardam.

Depois de muito protelado, o processo de licitação do novo estabelecimento está em andamento. A expectativa é que a empresa vencedora tenha seu nome rapidamente homologado pelo Governador, para que possa ser assinado o contrato da obra.

Feitas estas considerações, a Comissão é de parecer que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário acate as reivindicações feitas pela comunidade londrinense, de forma que seja atendida em suas necessidades na área de Segurança Pública e da Justiça, constantes nos documentos em anexo, e que resumidamente são as seguintes:

1 - Instituto de Criminalística: agilização do processo de construção da nova sede do Instituto; contratação de zeladoras, motoristas, secretárias, desenhistas, fotógrafos, nomeação e designação de peritos, aquisição de viaturas, máquinas de escrever; computador, máquinas fotográficas e uma copiadora heliográfica.

2 - 10ª Subdivisão Policial de Londrina: construção do minipresídio, reforma da cadeia pública, designação de delega-

dos, escrivães, agentes de segurança, detetives (masculinos e femininos) pessoal técnico, auxiliares administrativos, datilógrafos, faxineiros e de mecânicos, aquisição de viaturas e aparelhamento da oficina mecânica, aquisição de microcomputador, de material de limpeza, expediente, impressos específicos para Cartório, de algemas e de metralhadoras.

3 - 5ª Batalhão de Polícia Militar: renovação da frota de veículos, verbas para a manutenção das viaturas, aparelhamento da oficina e da borracharia, aumento da cota de combustíveis, substituição e reparos dos VHF móveis e aquisição de peças complementares, aquisição de VHF fixos, rádios, móveis (HT), aparelhos de fax-símile, coletes à prova de bala, coletes refletivos, apitos com cordão, capas de chuva, luva de borracha, capacetes com viseira, escudos de acrílico, algemas, casquetetes, cones de sinalização, revólveres, carabinas, cartuchos para revólver e para carabina.

4 - Pró-egresso: cumprimento efetivo do convênio entre a Universidade Estadual de Londrina e a Secretaria de Estado da Justiça.

5 - Conselho de Segurança: aumento do repasse da verba do FUNRESTRAN e FUNRESPOL, bem como aprovação de Projeto de Lei que torne possível o repasse de um percentual arrecadado sobre as infrações de trânsito em Londrina, repasse da arrecadação das escolhas das placas de veículos em Londrina, modificação, pela Corte de Justiça do Estado, da Resolução nº 04/85 de seu Órgão Especial para que enquanto perdurar proibição da transferência de réus condenados da cadeia de Londrina para os estabelecimentos penitenciários, fique a cargo do Juiz local, o do Processo ou o Corregedor dos Presídios, o exame dos pedidos de progressão de regime de cumprimento de pena.

6 - Reposição das perdas salariais dos Policiais Cíveis e Militares.

Por fim, a Comissão encaminha cópia deste Relatório ao Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Deputado Anibal Khury; ao Governador do Estado, Senhor Roberto Requião; ao Presidente do Tribunal de Justiça, Doutor Luís Renato Pedroso; ao Secretário de Estado da Justiça, Senhor Goyá Campos; ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Senhor José Moacir Favetti; ao Comandante da Polícia Militar, Cel. Miguel Arcanjo Capriotti; e ao Delegado-Chefe da Polícia Civil do Paraná, Senhor José Maria Correia, na expectativa de que Londrina seja ouvida em suas necessidades na área da Segurança Pública.

REQUERIMENTO Nº 1373
Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja anexado ao Projeto de Lei n° 211/92, de autoria do poder Executivo Mensagem n° 57/92, constante do item 03 da Ordem do Dia de hoje, o VETO aposto, pelo Senhor Governador, ao Projeto de Lei n° 103/92 de nossa autoria. (Documentação anexa).

Sala das Sessões, em 02.09.92

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Senhor Deputado:

Cumprimentando-o cordialmente, estamos encaminhando a Vossa Excelência, cópia do OF/DTL/SAT n° 224/92, oriundo de Projeto de sua autoria.

Atenciosamente,

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

OF/DTL/SAT n° 224/92

Curitiba, 21 de julho de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 184/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VI, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 103/92, por julgá-lo, da forma como está posto, contrário aos superiores interesses públicos, pelas razões abaixo expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a reduzir a carga tributária do ICMS em relação às operações internas com telhas e tijolos de barro, não podendo tal redução ser inferior a menor alíquota prevista para as operações interestaduais e sendo concedida nas fases inicial, intermediária ou final da circulação da mercadoria. Estabelece, ainda, o prazo de 120 dias para a sua regulamentação.

Embora louvável a preocupação do Autor, o Plano de Lei em referência não pôde merecer guarida em função da maneira restritiva em que se apresenta, limitando a pretendida redução da carga tributária em relação às operações internas com telhas e tijolos de barro. Depreende-se da justificativa que o objetivo principal da pretensa lei seria o barateamento do custo de construção de moradias para famílias de baixa renda.

Cabe ressaltar que, manifestando a mesma preocupação, este Executivo Estadual está enviando mensagem a essa augusta Casa, propondo medida similar, porém mais abrangente, incluindo na redução da carga tributária do ICMS além dos produtos previstos no Projeto, ainda, tubos e manilhas, em cuja fabricação usa-se como matéria-prima a argila ou barro, medida que, sem a menor dúvida, virá a reduzir bem mais significativamente o custo de mora-

dias populares.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

Ao

Excelentíssimo Senhor

Deputado Anibal Khury

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

N/CAPITAL

MENSAGEM N° 57/92

Curitiba, 21 de julho de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva acrescentar ao art. 23, da Lei n° 8.933, de 26 de janeiro de 1989, um inciso IV, instituindo o Grupo "D", com alíquota interna de 7% (sete por cento) para cobrança do "imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS", incidente sobre tijolos, telhas, tubos e manilhas que, na sua fabricação, tenha sido utilizado como matéria-prima, argila ou barro.

O Plano de Lei ora submetido à apreciação dessa augusta Casa, consubstancia o resultado de estudos recentemente concluídos pela Secretaria de Estado da Fazenda e é revestido de alto significado, eis que, tal medida legal virá proporcionar sensível redução no custo da construção de moradias no Estado do Paraná, mormente de casas populares, onde os produtos atingidos pela redução do tributo constituem componente cuja proporcionalidade no custo final é mais expressiva.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

Ao

Excelentíssimo Senhor

Deputado Anibal Khury

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

N/CAPITAL

ANTEPROJETO DE LEI N° 211/92

Art. 1° - Fica acrescentado ao art. 23 da Lei n° 8.933, de 26 de janeiro de 1989,

o inciso IV com a seguinte redação:

"IV - Grupo D: alíquota de 7% (sete por cento) para:

1 - tijolo, telha, tubo e manilha que, na sua fabricação, tenha sido utilizado como matéria-prima, argila ou barro."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para a mensagem nº 57/92, de autoria do Poder Executivo, que cria nova alíquota (7%) para cobrança do ICMS incidente sobre tijolos, telhas, tubos e manilhas em cuja fabricação se tenha utilizado matéria-prima, argila ou barro.

Sala das Sessões, em 10.08.92

(a) ORLANDO PESSUTI

PROJETO DE LEI Nº 103/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a reduzir a carga tributária do ICMS em relação às operações internas com telhas e tijolos de barro.

Art. 1º - É autorizado o Poder Executivo a reduzir a carga tributária do ICMS em relação às operações internas com telhas e tijolos de barro.

§ 1º - A redução não poderá ser inferior a menor alíquota prevista para as operações interestaduais (art. 155, § 2º, item VI da Constituição Federal).

§ 2º - A redução poderá ser dada na fase inicial, intermediária ou final da circulação da mercadoria.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar esta Lei dentro de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.04.92

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se do dispositivo de relevante peso social constituindo-se numa iniciativa que poderá abrir oportunidade para colaborar na solução do problema de moradia, especialmente, para as famílias de baixa renda, considerando-se que hoje os tributos encarecem sobremaneira os materiais de construção. Esse tipo de benefício, embora restrito, não deixará de ser um estímulo

que representará a contribuição do Governo inclusive para incentivar a construção civil gerar mais mão-de-obra no setor na busca do atendimento social.

REQUERIMENTO Nº 1370

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social, solicitando a liberação de recursos financeiros, para o LAR DOS VELHINHOS DO MUNICÍPIO DE RIO AZUL.

Sala das Sessões, em 02.09.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1371

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação, solicitando a liberação de equipamentos para o Laboratório de Ciências da Escola Estadual "Parigot de Souza", no Município de Inácio Martins.

Sala das Sessões, em 02.09.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1376

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Governador Roberto Requião, solicitando outras informações sobre o empréstimo junto ao BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, quais sejam:

1. Plano e condições de pagamento.
2. Plano de aplicação dos recursos.

Sala das Sessões, em 02.09.92.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

LYGIA PUPATTO

REQUERIMENTO Nº 1377

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário sejam prestadas as seguintes informações:

1. Se o Senhor Luiz Fábio Campana é funcionário deste Poder. seu cargo e seus vencimentos mensais?

2. Se após ter deixado o cargo de Secretário Estadual de Comunicação, teve ato formal de disponibilidade junto a Órgão Público?

3. Se, não tendo ato de disposição, tem comparecido ao trabalho ou quantas vezes assinou regularmente presença em órgão de lotação nesta Casa?

Sala das Sessões, em 02.09.92.

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: João Iensen, Luiz Carlos Martins, Rossoni, Algaci Túlio, Nelson Garcia, Erondy Silvério, João Preis, Edson Silva Lino, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese e Colombino Grassano.

REQUERIMENTO N° 1362

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e atendidas as formalidades legais, REQUER o registro nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, do PEDIDO DE IMPEACHMENT do Presidente da República - Senhor Fernando Collor de Mello, apresentado ao Presidente da Câmara Federal - Deputado Ibsen Pinheiro pelos Presidentes da Associação Brasileira de Imprensa e da Ordem dos Advogados do Brasil - O.A.B., Barbosa Lima Sobrinho e Marcelo Lavenère Machado, respectivamente, cujo texto, por si só, justifica plenamente esta proposição.

Sala das Sessões, em 02.09.92.

(a) JOAO PREIS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 238/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a implantar um laboratório de produção de medicamentos, com recursos do Ministério da Saúde, conforme artigo 200 da Constituição Federal.

Art. 2° - As origens dos recursos e as disposições para o efetivo funcionamento serão:

I - Os recursos financeiros enviados pelo Ministério da Saúde para o Estado do Paraná, destinados para compra de medicamentos através da CEME, serão utilizados para implantar e manter o laboratório.

II - Será avaliada uma porcentagem da produção dos medicamentos (conforme a necessidade) e destinada a venda através de convênios com farmácias particulares.

III - O valor arrecadado será utilizado para manter o laboratório efetivamente e um percentual destinado a manter a produção e distribuição de medicamentos no Estado.

Art. 3° - Fica autorizado o Laboratório a fazer futuros convênios com Universidades, para desenvolver novas técnicas no acompanhamento e produção dos remédios, diminuindo os custos de produção, de remédios, de pessoal, e incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico, conforme Art. 200 Parágrafo V da Constituição Federal.

Art. 4° - A quota destinada a distribuição dos medicamentos a população deverá:

I - Respeitar as necessidades e realidade de cada região.

Ex: Dizimar epidemias.

II - Efetuar o planejamento através das reivindicações das cidades pelos postos de saúde.

Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.09.92.

(a) EURIDES MOURA.

JUSTIFICATIVA:

O Estado e os municípios não podem ficar a mercê de verbas do Governo Federal para suprimento de medicamentos. A doença não tem hora, não pode esperar, tem que ser tratada e de imediato. Sendo assim a implantação de Laboratórios de Produção de Medicamentos além de ser de extrema utilidade, representar a libertação definitiva deste falido sistema Federal, onde a falta de planejamento, a falta de regularidade, a falta de cumprimento da própria Constituição Federal, faz com que o caos seja estabelecido de tempos em tempos, tornando cíclico uma necessidade presente e inadiável.

O Paraná é pioneiro em muitos programas, exemplo da parceria do Governo do Paraná com o Exército na Construção da FERROESTE, sendo assim, ao implantarmos um laboratório de produção de medicamentos, estaríamos decretando nossa independência e com certeza, teremos todas as condições para produzir estes medicamentos que faltam nas horas mais necessárias, confiando assim na nossa capacidade de trabalho, na nossa organização como estado e no pioneirismo sempre presente deste Paraná que transforma em obras os discursos damagógicos de muitos governantes deste País.

PROJETO DE LEI N° 239/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a implantar a CENTRAL DE AMBULÂNCIA nos pólos regionais, com recursos do Fundo Estadual de Saúde, art. 172, da Constituição Estadual.

Art. 2° - A origem dos recursos e as disposições para o efetivo funcionamento deste órgão serão utilizados recursos da seguridade social, da união, do Estado e dos Municípios conforme art. 172.

I - Haverá centralização de todos os serviços prestados pelas Ambulâncias do Serviço Público Estadual nestas centrais.

II - Todo paciente com passagem e cadastro nestas centrais terá atendimento

preferencial.

Art. 3º - A CENTRAL DE AMBULÂNCIA fica autorizada a estabelecer contato direto com os Hospitais para pré-qualificar e quantificar vagas.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.09.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

É inadmissível o processo de encaminhamento de pacientes de cidades pequenas e médias para os grandes centros. É um verdadeiro repasse de responsabilidade. O doente ao ser transportado de ambulância de uma cidade menor para um grande centro, representa hoje a "grosso modo" livrar-se da carga, da responsabilidade.

Ambulâncias e mais ambulâncias transportam pacientes para os grandes centros e retornam vazias para seus locais de origem. É inadmissível que estas ambulâncias com pacientes "despejem" os mesmos às portas de Hospitais lotados, isentando-se da responsabilidade e criando situações terríveis aos hospitais, aos familiares e aos doentes.

A Central de Ambulância tem a finalidade de criar, normas de trânsito de doentes, com destinação específica para hospitais com vagas, com controle de retorno aos locais da região de pacientes que aguardam transporte, com verificação da necessidade do encaminhamento.

A criação deste sistema evitará a ociosidade de trânsito de ambulâncias vazias, além de agilizar o retorno de pacientes curados ao seu destino de origem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente.

No Horário das Lideranças, passa a palavra à Deputada Emilia Belinati, do PDT.

A SRA. EMILIA BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós ocupamos o Horário da Liderança do PDT para apresentar a esta Casa o relatório conclusivo da visita da Comissão formada a pedido desta Deputada nesta Casa, para verificar o problema da segurança na Cidade de Londrina, e encaminhar os pedidos de solução da comunidade londrinense.

A Comissão foi formada pelo Deputado José Tavares, Deputado Heinz, pelo Deputado Luiz Carlos Alborghetti, Lygia Pupatto e Emilia Belinati; ficou como relatora a Deputada Lygia Pupatto e, após visitarmos a cadeia pública de Londrina, o local onde será construído um minipresídio, a Polícia Técnica, o Instituto Médico Legal, nós então estamos encaminhando a esta Casa para que seja remetido às autoridades compen-

tentes as reivindicações da comunidade de Londrina.

Com relação ao Instituto de Criminalística, as necessidades principais e primordiais são: (Lê)

"1 - Instituto de Criminalística: agilização do processo de construção da nova sede do Instituto; contratação de zeladoras, motoristas, secretárias, desenhistas, fotógrafos, nomeação e designação de peritos, aquisição de viaturas, máquinas de escrever; computador, máquinas fotográficas e uma copiadora heliográfica.

2 - 10ª Subdivisão Policial de Londrina: construção do minipresídio, reforma da cadeia pública, designação de delegados, escrivães, agentes de segurança, detetives (masculinos e femininos), pessoal técnico, auxiliares administrativos, datilógrafos, faxineiros e de mecânicos, aquisição de viaturas e aparelhamento da oficina mecânica, aquisição de microcomputador, de material de limpeza, expediente, impressos específicos para Cartório, de algemas e de metralhadoras.

3 - 5º Batalhão de Polícia Militar: renovação da frota de veículos, verbas para a manutenção das viaturas, aparelhamento da oficina e da borracharia, aumento da cota de combustíveis, substituição e reparos dos VHF móveis e aquisição de peças complementares, aquisição de VHF fixos, rádios, móveis (HT), aparelhos de fax-símile, coletes à prova de bala, coletes refletivos, apitos com cordão, capas de chuva, luva de borracha, capacetes com viseira, escudos de acrílico, algemas, cassetetes, cones de sinalização, revólveres, carabinas, cartuchos para revólver e para carabina.

4 - Pró-egresso: cumprimento efetivo do convênio entre a Universidade Estadual de Londrina e a Secretaria de Estado da Justiça.

5 - Conselho de Segurança: aumento do repasse da verba do FUNRESTRAN e FUNRESPOL, bem como aprovação de Projeto de Lei que torne possível o repasse de um percentual arrecadado sobre as infrações de trânsito em Londrina, repasse da arrecadação das escolhas das placas de veículos em Londrina, modificação, pela Corte de Justiça do Estado, da Resolução nº 04/85 de seu Órgão Especial para que enquanto perdurar proibição da transferência de réus condenados da cadeia de Londrina para os estabelecimentos penitenciários, fique a cargo do Juiz local, o do Processo ou o Corregedor dos Presídios, o exame dos pedidos de progressão de regime de cumprimento de pena.

6 - Reposição das perdas salariais dos Policiais Cíveis e Militares.

Por fim, a Comissão encaminha cópia deste Relatório ao Presidente da Assem-

bléia Legislativa do Paraná, Deputado Anibal Khury; ao Governador do Estado, Senhor Roberto Requião; ao Presidente do Tribunal de Justiça, Doutor Luís Renato Pedroso; ao Secretário de Estado da Justiça, Senhor Goyá Campos; ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Senhor José Moacir Favetti; ao Comandante da Polícia Militar, Cel. Miguel Arcanjo Capriotti; e ao Delegado-Chefe da Polícia Civil do Paraná, Senhor José Maria Correia, na expectativa de que Londrina seja ouvida em suas necessidades na área da Segurança Pública".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Liderança do PL.

(Declina).

Liderança do PT.

Com a palavra Doutor Rosinha.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O Deputado Nelson Markezan, Deputado Federal do PTB de São Paulo declarou à imprensa que quem tem o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a caneta e 2/3 do Orçamento não perde votação na Câmara.

Também a imprensa atribui a ele a afirmação que o Presidente Collor comprometera 2/3 do Orçamento, Cr\$ 230 trilhões para distribuir entre os parlamentares em troca de votos contra o "impeachment".

Nós, do PDT entendemos que essas declarações são extremamente graves, não só pelo uso das finanças públicas na compra de votos, mas principalmente sabendo que esses votos, essa compra é para subornar os Deputados visando com que eles votem contra o "impeachment". O melhor remédio para que nenhum Deputado venha a ser vendido ao Governo Federal em troca de favores, assistencialismo e clientelismo, é a votação do "impeachment" em aberto aonde cada Deputado tenha que dizer o SIM ou o NÃO ao "impeachment" do Presidente Collor.

Não bastasse, Collor de Mello ter usado da corrupção, ter roubado do dinheiro público, ainda agora o que resta do Orçamento está sendo colocado à disposição dos Senhores Deputados Federais em troca de voto. Nós, do PT solicitamos e achamos que é importante para o Congresso Nacional que interpele Nelson Markezan para que ele confirme ou não as declarações atribuídas a ele e dadas pela imprensa.

Se confirmado, aí explica mais uma vez a necessidade urgente do Presidente Collor ser afastado da Presidência da República porque estará novamente usando a verba pública, o orçamento da União em causa própria. Se o Deputado não confirmar ele deve também sofrer as punições regimentais do Congresso Federal porque é uma declara-

ção irresponsável.

É essa a cobrança que nós fazemos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PFL com a palavra.

(Declina).

PST.

Com a palavra o Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Na semana passada euforicamente usávamos o Horário da Liderança para manifestarmos a nossa gratidão e até pedirmos um voto de louvor aos Desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral pela autorização que deram por Acórdão das eleições dos últimos dois Distritos que faltavam a ser realizado em 03 de outubro.

Pegamos o Acórdão do TRE que autorizava a realização das eleições de 03 de outubro do Distrito desmembrado de Goioerê de Quarto Centenário e o Distrito de Perobal desmembrado do Distrito de Umuarama. Pegamos cópia desse Acórdão, e levados pela emoção, pela participação fomos até os dois distritos onde tivemos na oportunidade de participarmos de manifestação pública, de carreatas e de compromisso onde sentimos de perto a alegria, a satisfação do povo de Perobal e do povo de Quarto Centenário.

E lá tivemos oportunidade de entregar xerox desse Acórdão que inclusive em parágrafo especial dizia da possibilidade da realização da eleição em data especial, até praticamente eleições em 15 de novembro quando será realizado o segundo turno nas cidades de Curitiba e Londrina. Mas, para nossa tristeza, para tristeza dos nossos companheiros de Perobal e Quarto Centenário o Procurador do Tribunal Regional Eleitoral entrou com recurso, não sei qual a medida certa que ele entrou, e na tarde de ontem o mesmo TRE que autorizou as eleições por quatro votos contra dois volta-se atrás e não se permite mais a realização das eleições nesses dois distritos.

Quero, Senhor Presidente, em nome dos companheiros de Perobal, em nome dos companheiros de Quarto Centenário e em meu nome dizer da nossa tristeza, dizer até da insatisfação porque não se pode desta forma brincar, até certo ponto, com o sentimento de um povo que já teve plebiscito realizado em março de 1991, que achava esse mesmo povo tivesse tido a tramitação normal dos projetos de emancipação; quando sai à rua, manifesta a sua satisfação é frustrada por uma nova medida. A mesma frustração que tiveram os trinta milhões que votaram em Collor, está tendo hoje o povo de Perobal e Quarto Centenário com

relação à decisão, à medida do TRE. Num dia a festa; no outro dia o choro, a tristeza.

Fica registrada, então, a nossa indignação, a nossa tristeza em relação à decisão tomada ontem pelo TRE de quatro contra dois, não permitindo que Perobal e Quarto Centenário tenham o seu município instalado, tenham os seus novos prefeitos, para que pudessem tomar um novo rumo, o rumo do progresso, o rumo do desenvolvimento.

Fica aqui, então, Senhor Presidente, a nossa tristeza e a nossa indignação com relação à essa decisão do TRE.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto a Liderança do PRN se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

A semana passada, usando a tribuna, eu dizia que nós temos que acabar com a hipocrisia neste País e ontem, infelizmente, o candidato a prefeito de Curitiba pelo PRN, meu partido, usou de toda a hipocrisia e da canalhice possível para atacar a Assembléia Legislativa.

Quando eu digo que nós temos que acabar com a hipocrisia, nós não podemos permitir que pessoas que devem à justiça, que têm problemas em todas as esferas de justiça nesse País venham acusar uma Casa, uma Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Infelizmente, na caça do voto fácil, na caça do voto dos menos entendidos, o candidato a prefeito de Curitiba, Antonio Celso Garcia, cometeu mais uma das suas irresponsabilidades. Infelizmente, atacou o Parlamento, este mesmo Parlamento ao qual ele pretendia ser Senador em Brasília, e hoje quer acusar a todos os cantos do Paraná que os Deputados são isso, são aquilo, ganham isso, ganham aquilo.

Infeliz é o Senhor Celso Garcia que, em vez de estender a sua mão ao próximo, recolhe e tenta comprar os votos dos menos favorecidos.

Nós temos que acabar com a hipocrisia, mesmo que custe a candidatura de um candidato que pertence ao nosso partido, até a data de amanhã, porque amanhã, os Senhores tenham certeza, eu me decidi, eu já havia dito à imprensa que sairia do PRN, eu formalizo o meu pedido de saída do PRN porque eu não agüento mais a hipocrisia do PRN e dos maus políticos desse País.

O Sr. Nilton Barbosa - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento).

Nobre Deputado Lourenço Fregonese, tem

Vossa Excelência total razão quando, usando a tribuna, diz das denúncias que vem fazendo o candidato a prefeito de Curitiba pelo PRN, Tony Garcia, mas sabe ele dos apoios que o cercam, sabe ele das assessorias que tem em todas as áreas, inclusive, na sua mídia mesmo deve ter um dos seus assessores que é fantasma, segundo me consta, na Assembléia Legislativa do Paraná. Ele usando o programa eleitoral vem contra a Assembléia tentando atingi-la no todo, mas, sabemos nós, que o seu alvo são os dois candidatos a prefeito de Curitiba que são Deputados Estaduais: o Dr. Rosinha pelo PT e o companheiro Rafael Greca pelo PDT.

Então ele querendo atingir os dois companheiros atinge a casa no todo, o que nós discordamos e no nosso entendimento, nós sabemos que todas as suas lutas políticas têm atrás as razões de querer se manter num cargo forte para continuar aquilo que o deixou com o Governo Collor, que é a sua firma de táxi aéreo e o seu tráfico de influência, que hoje ele tenta afastar, ele tenta se desvincular, mas que na verdade o povo curitibano vai saber julgá-lo, por isto os meus cumprimentos a Vossa Excelência pela defesa que faz da Casa e os meus cumprimentos por decidir sair do partido que na verdade Vossa Excelência não pode ficar, porque nós sabemos do seu comportamento, nós sabemos da sua índole e sabemos que Vossa Excelência pode escolher outro partido e que com certeza vai prestar um trabalho muito grande ao povo de Paranaguá, em especial e ao Paraná.

Meus parabéns.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Quero parabenizar Vossa Excelência pela brilhante defesa que faz neste instante.

Na verdade eu não tive o desprazer de ver o programa ontem do TRE em relação, pode-se dizer até, um dos sócios do PC aqui no Paraná, ilustre candidato a prefeito Tony Garcia.

O Paraná inteiro presenciou, saiu na imprensa a nível nacional, quando o próprio Governador do Paraná, Roberto Requião denunciou o envolvimento de Tony Garcia com o PC, que estavam intermediando verbas de Brasília.

Eu acho quem está envolvido nesses escândalos, como hoje vem à tona a nação inteira, eu acho até que é um desrespeito a Curitiba, que é uma das melhores capitais do Brasil, ter hoje um candidato à Prefeitura desse estilo, que está envolvido em escândalo de corrupção, esses são os verdadeiros homens que se demonstram como mora-

listas, mas são os piores que participam e se corrompem através do dinheiro público.

E é claro, esse programa também foi montado, a gente conhece o estilo do Senhor Fábio Campana, que deve ter sido a montagem por ele e que veio à tona, mas é um funcionário fantasma da Assembléia Legislativa do Paraná também.

Então na verdade eu faço essa defesa, Senhor Presidente e Senhores Deputados, em nome do nosso parlamento, a quem quero neste instante também render homenagem ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti que sempre defendeu no seu programa de televisão a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

E aqui têm vários companheiros que utilizam dos meios de comunicação em Curitiba, eu pediria a eles que dessem a resposta ao ilustre candidato a prefeito Tony Garcia, porque na verdade, pelas informações que eu recebi de alguns parlamentares não é verdadeiro o que levou ao ar ontem.

Eu me coloco, Senhor Presidente, à disposição desta Casa, se assim servir, porque sei que aqui tem muitos e mais companheiros valorosos e competentes, mas eu me coloco à disposição, se Vossa Excelência requerer o direito de resposta, eu me coloco à disposição para ir num programa de televisão, mas nós não podemos deixar ferir a integridade deste Poder Legislativo.

Muito obrigado.

O Sr. Luiz Carlos Martins - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Deputado Fregonese, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta Assembléia não pode ficar silenciosa.

Os 54 Deputados da Assembléia Legislativa foram atingidos mentirosamente, vergonhosamente, ontem no horário gratuito do TRE. Ontem à noite e hoje de manhã.

Os Deputados desta Casa têm que ser respeitados. Cada um aqui tem a sua história. História de luta. História de compromissos com o povo. E nós não podemos admitir que o candidato Tony Garcia utilize este horário para denegrir esta instituição.

Eles que apostavam, eles que apostavam, Sr. Presidente, que neste período a Assembléia Legislativa do Paraná não reuniria quórum para as suas sessões. Eles estão aborrecidos por isso. Eles estão tristes por isto. Eles queriam que hoje esta Assembléia estivesse vazia como os fantasmas que existem no Brasil e existem fantasmas em Curitiba. Existem fantasmas no Paraná. Não é só o Brasil que precisa ser passado a limpo. Curitiba tem que ser passada a limpo e passada a limpo se-

riamente. Os nomes que estão disputando a Prefeitura de Curitiba devem ser passados a limpo. O povo de Curitiba não pode ser enganado.

E esse mesmo candidato, o Sr. Tony Garcia, Deputado Manfrinato, e pode ter certeza, Deputado, que nós em nosso programa de rádio, líder de audiência do Ibope, há quinze anos, nós sempre usamos para defender a instituição, sempre. O povo de Curitiba é prova. Esse mesmo candidato que teve a pachorra, que teve a capacidade de ir para a televisão no horário eleitoral, para o rádio, e dizer que ele sendo Prefeito de Curitiba, ele ia baixar o preço da carne, o preço do leite. É mentira. Isto é mentira. É enganar o povo. É o mesmo que candidato a Vereador sair por aí dizendo que vai diminuir o preço da luz o preço da água. Isto não está dentro das prerrogativas do Vereador. E abaixar o preço da carne, o preço do leite? Isto é mentira! Se querem vamos fazer o jogo limpo, o jogo da verdade.

Vamos começar então, esta Assembléia deve subscrever um pedido, eu acho que todos os Deputados devem subscrever um Pedido de Informações ao Banco Central.

Devem subscrever um Pedido de Informações ao Banco Central das maracutaias que o Sr. Tony Garcia já participou.

Era só isto, Sr. Deputado.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Eu gostaria de reafirmar: chega a hipocrisia, chega a desgraça deste país, chega a mentira deste país e chega a corrupção deste país, seja ela em Brasília, seja ela em Curitiba, seja ela em Antonina.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - PST com a palavra.

(Declina).

PMDB com a palavra.

Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho certeza que a maioria dos Parlamentares que tiveram oportunidade ontem à noite, por ocasião do jornal da Globo, de assistir como nós assistimos a reportagem acerca da entrega do Pedido de "Impeachment" do Presidente da República.

Foi realmente um momento, para nós, dos mais gratificantes que tivemos na nossa vida pública porque o ato praticado sob a liderança da Ordem dos Advogados do Brasil e da Associação Brasileira de Imprensa, numa marcha silenciosa tendo à frente as principais lideranças desses segmentos e atrás desta primeira fila, seguindo-se diversos profissionais liberais da área de advocacia e da área de jorna-

lismo e logo a seguir o povo e mais ainda, logo a seguir, os veículos que promoviam ao final um buzinaço.

Isto realmente mexeu conosco porque é um momento dos mais importantes que estamos vivendo em nosso país, demonstrando com muita clareza que nós estamos vivendo sim, um momento de crise política nacional, mas que acima de tudo, as nossas instituições, sejam as instituições públicas, sejam as instituições da sociedade civil organizada, estão atentas e cientes da responsabilidade que possuem neste momento e das atitudes que devem e que estão tomando em defesa da democracia neste país, em defesa da moralidade, em defesa nesse momento, do impedimento do Presidente da República, que, sem sombra de dúvida se não tem mais o apoio da população, não tem também mais o respeito da população.

Poderia ter o Presidente, uma situação difícil, onde não recebesse mais a admiração, a afeição daqueles que o elegeram, a atenção do povo brasileiro com referência ao seu governo, mas, diante de tudo aquilo que o relatório nos proporcionou conhecer, hoje, o Presidente da República, não tem mais o respeito da população e, diante desse quadro, no nosso entendimento pessoal, não resta outro caminho, senão aquele da renúncia, ou então, aquele que certamente acontecerá, através da demonstração que tivemos ontem, das instituições organizadas, da demonstração que estamos tendo todos os dias no nosso Congresso Nacional e que haveremos de ver decretado o impedimento do nosso Presidente da República para que possamos retornar o país a um clima de normalidade e, acima de tudo, de respeito à figura do Presidente da República.

Se de um lado, esta notícia, esta reportagem que pudemos assistir nos deixou alegre, satisfeito e até emocionado, que diria que uma outra que assistimos e que é objeto, inclusive, de debate já nesta sessão de hoje, com o encaminhamento inicial do Deputado Lourenço Fregonese, eu diria que aquilo que colocou no seu programa, o candidato a prefeito Tony Garcia, nos enojou. Foi de uma infelicidade, de uma baixeza, de um mau caratismo a inserção do programa eleitoral, de ofensas à Assembléia Legislativa e aos Deputados Estaduais.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, é uma coisa realmente que nos choca, que nos afronta, quando uma pessoa vai à televisão, vai ao rádio, ao jornal ou mesmo numa praça pública, criticar os políticos, criticar a conduta de uma Assembléia como a nossa que tem sido exemplo para o Brasil e como bem disse o Deputado Luiz Carlos Martins, que está demonstrando a

responsabilidade que temos todos nós, mesmo em campanhas eleitorais, alguns até em campanhas eleitorais difíceis, em seu município de representação política, nós temos procurado estar aqui, normalmente às segundas-feiras, às terças, às quartas, quando senão também às quintas-feiras, temos cumprido com a nossa obrigação, tanto que temos votado todas aquelas matérias que são de interesse do Estado do Paraná, dos servidores públicos, interesse da economia paranaense e vai uma pessoa dessa, que tem a coragem de buscar perante o eleitor, um voto para se transformar num homem público, portanto, num político, e tenta, ao construir a sua vida política destruir, desmanchar, manchar a honra e a dignidade de toda uma classe política que tem procurado no dia-a-dia, o engrandecimento desse parlamento, pelos atos que tem praticado na defesa do Paraná contra a divisão, na postura firme que adotou aqui com referência ao impedimento do Presidente da República, nas manifestações que ocorrem na "Boca Maldita" ou em qualquer outro lugar onde os parlamentares comparecem para com sua presença com sua responsabilidade, adquirida através do voto, demonstrar que aqui nós estamos trabalhando.

Nós gostaríamos, Senhor Presidente, que realmente a Assembléia fizesse uso do direito de resposta, que fosse lá para desmascarar este que deveria andar mascarado para esconder a cara que tem, que é bonita na feição mas que por trás dela, na nossa opinião, o que existe são só coisas que não deveriam ser mostradas.

E gostaria também que fosse mostrado a ele que aqui na Assembléia Legislativa, aquilo que estamos percebendo a título de subsídio, assistência social e auxílio para despesas pagas, no caso particular deste Deputado, não tem dado para cobrir as despesas do Gabinete. E àqueles que entenderem necessário, temos a contabilidade mês-a-mês das despesas que temos com assistência social, das despesas que temos com veículos, com telefone, com combustível e tantas outras relativas ao exercício do trabalho como parlamentar. E aí nós iremos provar que um Deputado que procura trabalhar, atender àqueles que representa, este dinheiro que recebe não dá sequer para cobrir com as suas despesas.

Então, Senhor Presidente, se de um lado tivemos a satisfação e a alegria de ver o ato da ABI, da OAB e do Congresso Nacional, que nos engrandeceu, que engrandeceu o Parlamento Nacional e que, por consequência, engrandece este Parlamento, tivemos mais uma vez o desprazer de ver uma pessoa ou um cidadão, que pretende construir um futuro político, tentar destruir a imagem de um Parlamento e de uma

classe política que aqui no Paraná tem procurado cumprir com a sua obrigação e com o seu dever.

E, diga-se de passagem, está cumprindo com a sua obrigação!

O Sr. Luiz Carlos Martins - Só para complementar aquele aparte que fizemos ao Deputado Fregonese.

Todos nós temos muita admiração pelo Jô Soares, pelo programa que apresenta todas as noites no SBT. Infelizmente o Jô Soares foi usado.

Creio, Senhor Presidente, e peço, que a Assembléia Legislativa mande uma correspondência ao Jô Soares explicando em que fria ele entrou. Ele que tem lutado tanto contra os corruptos. Ele que tem lutado pela moralidade do País, que tem lutado pela decência do País, foi usado vergonhosamente. Esqueci de fazer esta colocação em aparte ao Deputado Lourenço Fregonese, mas agora o Deputado Pessuti me dá esta oportunidade de lembrar disto.

Nós continuamos a admirar o Jô Soares, só que, infelizmente, e com toda a sua inteligência, e o Brasil é muito grande, ele foi usado. O Brasil é muito grande. Ele não conhece a todos os brasileiros e talvez não conheça o Sr. Tony Garcia. Porque se o conhecesse, não teria lido esta carta no ar. Foi coisa programada, foi coisa pensada, foi coisa feita! Infelizmente o Jô Soares entrou nessa!

Obrigado!

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço o seu aparte!

Finalizando, Senhor Presidente, eu recorro também das palavras do Deputado Fregonese. Eu acho que é o momento de acabarmos com essa hipocrisia que existe por parte de algumas pessoas que se dizem políticos ou até mesmo que negam esta condição mas que buscam uma condição política através de um cargo público. É uma dupla hipocrisia destas pessoas. E tentam mostrar a algumas pessoas e à sociedade como um todo isto que o Deputado Carlos Martins colocou agora. Estes que estão se escondendo atrás de uma casca grossa ao longo de toda uma vida construída na corrupção, vêm agora, em um momento destes, tentar construir uma imagem bonita, uma imagem limpa, através de uma atitude hipócrita, tentando transferir esta casca grossa de corrupção que possui para aqueles que não a merecem.

Então é uma hipocrisia safada, é uma hipocrisia que não serve para o momento que estamos vivendo neste País, onde se busca realmente punir os corruptos. E, tenho certeza, os corruptos não estão aqui no Parlamento do Paraná como pretende dizer o Senhor Tony Garcia.

Acredito que, se somarmos todos nós aqui dentro, não haverá de ter condições, quaisquer que sejam as pessoas, de demonstrar um ato de corrupção praticado pelos 54 Deputados no mesmo volume ou na mesma intensidade com que essa pessoa que nos acusa hoje certamente terá mais acusações.

, Era isto, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário das Lideranças.

A Mesa comunica aos Senhores Deputados que vai dirigir ofício ao juiz eleitoral para que a Assembléia, através do seu Presidente, possa rebater as acusações que nos foram feitas através do programa Tony Garcia.

A Mesa não tem o que esconder. E vai tornar público, para aqueles que não sabem, que o Deputado Federal recebe Cr\$ 22.474.618,00 de remuneração. Auxílios diversos: Cr\$ 16.418.135,00 perfazendo o total de Cr\$ 38.892.753,00. Setenta e cinco por cento desta remuneração dos auxílios cabe aos Senhores Deputados Estaduais. O Deputado recebe, de remuneração, a quantia de Cr\$ 16.855.969,00, bruto. Líquido, os Senhores sabem pelo contra-cheque, é doze milhões e pouco. Recebem como auxílio, assistência social, que não é recebida pelo Deputado e sim contra-recibo, durante o mês de agosto, Cr\$ 5.000.000,00. Reembolso das despesas de gasolina, telefone, aluguel, tudo de acordo com o que recebe o Deputado Federal, Cr\$ 7.000.000,00; perfazendo o total de Cr\$ 28.855.969,00, menos do que recebe o Deputado Federal, que é Cr\$ 29.169.564,00.

Além do mais, a Assembléia do Paraná, de acordo com o artigo 138 da Constituição Estadual, tem 2% da arrecadação do ICMS. Até este mês, a Assembléia, contrariando alguns Poderes aqui do Estado, está rigorosamente dentro dos 2%, isto é, nós estamos com 1,64%.

Não preciso dar mais explicações aos Senhores Deputados, porque eu sinto que esta remuneração se esgota antes do vencimento, porque os problemas são tantos, e nós temos muito mais problemas que os Deputados Federais e Senadores que estão lá em Brasília, não ao alcance dos eleitores, nós estamos aqui vivendo cotidianamente esta lamentação, principalmente nesta fase de miséria e de pobreza na qual nos encontramos.

Senhores Deputados, eu fico feliz em ver esta manifestação do Plenário contra o programa do Tony Garcia. E nós vamos requerer ao juiz eleitoral para que possamos exercer o direito de resposta.

O que eu anuncio aqui todos podem, os funcionários podem anotar, que é a expressão da verdade. Nós recebemos menos que os

75% dos Deputados Federais.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (**Pela Ordem**) - Senhor Presidente, quero parabenizá-lo por esta decisão que toma, como Presidente deste Poder Legislativo. Eu acho que as mentiras, as injustiças, principalmente quando saem dos corruptos, elas têm que vir à tona para que a população tenha conhecimento.

Mais uma vez, parabenizo V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Encerrado o Horário do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 38 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 33/92, subscrito pela Sra. Deputada Lygia Pupatto, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 02 do corrente mês, em virtude de participação da Comissão Interparlamentar, para intervir nas negociações junto ao Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício nº 450/92, subscrito pelo Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, solicitando dispensa na Sessão Plenária do dia 02 do corrente mês, em função de compromissos assumidos no Município de Cianorte. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Eurides Moura, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente, comunicando aos Srs. Deputados, seu desligamento da Bancada do PRN, a partir desta data. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 110/92, de autoria do Deputado EURIDES MOURA, que cria a Identidade Estudantil. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.C.E. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 174/92, de autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE e OUTROS, que garante direitos adquiridos pelos Funcionários Estaduais.

Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Sobre o referido Projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO

PROJETO DE LEI Nº 174/92

Artigo Único - O Projeto de Lei nº 174/92, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º - Aos servidores públicos estaduais que na data da publicação da presente Lei tenham completado 02 (dois) anos de efetivo exercício em cargos de provimento em comissão, ficam restabelecidos os direitos constantes do inciso III e dos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 140, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, anteriormente à modificação prevista pelo parágrafo único, do art. 16, da Lei nº 9.937, de 20 de abril de 1992.

Parágrafo Único - Para fruir do benefício estabelecido neste artigo, o servidor procederá ao registro comprobatório de tal condição em ficha funcional junto ao órgão competente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da data da publicação da presente Lei, sob pena de preclusão de seu direito.

Art. 2ª Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

Sala das Sessões, em 02.09.92.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Apoio: Hermas Brandão, Mário Bezerra, Eurides Moura, Dobrandino da Silva, Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

A apresentação da presente Emenda objetiva tão somente adequar a Proposição original a seus fins, de vez que com a redação lá constante, se reprisaria um texto legal já revogado, o que ocorrerá com a redação proposta.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 211/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 57/92, que fica acrescentado ao art. 23 da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989, o inciso IV com a seguinte redação: "IV - Grupo D: alíquota de 7% (sete por cento) para: 1- tijolo, telha, tubo de manilha que, na sua fabricação, tenha sido utilizado como matéria-prima, argila ou barro. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O..

Anexando ao presente Projeto de Lei a Proposição nº 66/92 Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 465/92 a Requerimento do Senhor Deputado DALTON MACHUCA.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria dos Srs. Deputados Paulo Maia, Algaci Túlio, Emilia Belinati e César Silvestri, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO

PROJETO DE LEI N° 211/92.

O Art. 1° do Projeto de Lei n° 211/92, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica acrescentado ao art. 23 da Lei n° 8.933, de 26 de janeiro de 1989, o inciso IV com a seguinte redação: IV - Grupo D: alíquota de 7% (sete por cento) para:

1° - Tijolo, telha, tubo e manilha que, na sua fabricação tenha sido utilizado como matéria-prima, argila ou barro e cuja destinação final seja para construção de moradias populares.

Sala das Sessões, em 02.09.92.

(aa) PAULO MAIA, ALGACI TÚLIO, EMILIA BELINATI E CEZAR SILVESTRI.

Apoio: Ovídio Constantino, Plauto Miró Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

Duas razões movem a Bancada do PDT a apresentar a presente Emenda ao Projeto de Lei n° 211/92, oriundo de Mensagem do Senhor Governador do Estado.

A primeira, originária no reclamo dos municípios diante da concessão indiscriminada de benefícios fiscais e reduções de alíquotas nos impostos, representando consideráveis perdas às arrecadações. Tais perdas acabam comprometendo projetos importantes de obras sociais nos pequenos e médios municípios.

A segunda é a preocupação de que a futura Lei venha a beneficiar uma parcela considerável dos paranaenses e não apenas pequenos grupos ou cartéis de grandes construtoras e especuladores do mercado imobiliário.

Acrescentar ao pretense inciso IV do art. 23 da Lei Estadual n°s 8.933 a expressão "cuja destinação final seja para a construção de casas populares" serve para assegurar de forma clara o aspecto social da futura lei.

Se atentarmos para a justificativa do Senhor Governador no ofício que encapa a sua Mensagem a este Poder Legislativo na proposição da medida em epígrafe, veremos que a presente emenda nada mais faz do que contemplar a própria preocupação do Chefe do Executivo: ".....tal medida legal virá proporcionar sensível redução no custo da construção de moradias no Estado do Paraná, mormente de casas populares ...".

Não se pode, entretanto, deixar aprovado o texto original da Lei, que beneficia indiscriminadamente construtoras em

prejuízo aos municípios que têm no fábriço oleiro sua base econômica.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 224/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM N° 61/92, que aprova crédito suplementar, alterando o vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL. Cr\$ 58.000.000,00 (cinquenta e oito bilhões de cruzeiros). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia e da Sra. Deputada Emilia Belinati, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO

PROJETO DE LEI N° 224/92

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob supervisão da SEPL, aprovado pela Lei Estadual número 9883, de 26 de dezembro de 1991, conforme anexo I desta Lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente do cancelamento de dotações conforme Anexo II.

Art. 3° - Em decorrência do disposto no artigo 2° desta Lei ficam alterados os orçamentos próprios do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER e da Fundação de Esportes e Turismo - FESTUR, e a Programação Orçamentária Global da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, aprovados pela Lei número 9883, de 26 de dezembro de 1991, conforme anexo III.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.09.92.

(aa) PAULO MAIA, EMILIA BELINATI

Apoio: Ovídio Constantino, Doutor Rosinha, Algaci Túlio.

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO I Cr\$ 1.000,00

Código 1700 - Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL.

Código 1701 - Programações Especiais, Regionais e Multisetoriais.

Código 1029 - Implantação da Ferrovia Paraná Oeste - FERROESTE.

Natureza da Despesa/FT/LDR/Valor/N.DO.
PROC.COP 4130.00/ 00/ 23.000.000,00/ 0316
Valor = 23.000.000,00

CANCELAMENTO

ANEXO II

Código 0900 - Especificação Chefia do Poder Executivo.

Código 0902 - Gabinete do Secretário - Casa Civil - Entidades Vinculadas.

Código 1005 - Investimento para Produção e Distribuição de Energia Elétrica - COPEL. Natureza da Despesa = 4262.00. FT = 00 - L - Valor = 18.000.000 - N.DO/PROC/COP = 0316.

Código 1100 - Secretaria do Estado da Indústria e Comércio.

Código 1102 - Gabinete do Secretário - Entidades Vinculadas.

Código 2509 - Programação a Cargo da TECPAR. Natureza da Despesa = 4140.00 FT = 00 L Valor = 4.000.000 N. DO PROC. COP = 0316.

Código 1700 - Administração Geral do Estado - Recursos Sob Supervisão da SEPL.

Código 1701 - Programações Especiais, Regionais e Multisetoriais.

Código 4100 - Secretaria do Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente.

Código 4102 - Gabinete do Secretário - Entidades Vinculadas.

Código 4300 - Secretaria de Estado dos Transportes.

Código 4302 - Gabinete do Secretário - Entidades Vinculadas.

Código 1022 - Programa BID IV - DER. Natureza da Despesa = 3211.03 FT = 00 Valor = 6.000.000 N.DO PROC. COP. = 0316.

Código 4700 - Secretário Especial do Esporte e Turismo.

Código 4702 - Gabinete do Secretário - Entidades Vinculadas.

Código 2745 - Programação do Esporte e do Turismo no Paraná - FESTUR. Natureza da Despesa = 4140 FT = 00 L Valor = 1.000.000 N.DO PROC. COP. = 0316. Natureza da Despesa = 4311.02 FT = 00 L N. DO PROC. COP. = 0316.

Total = 30.000.000

CANCELAMENTO

ANEXO III

Código 1000 - Chefia do Poder Executivo - Entidades vinculadas.

Código 1049 - Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

Código 2830 - Gerenciamento Administrativo e Operacional da COPEL. Natureza da despesa = 4361.00 FT = 00 Valor = 18.000.000 N. DO PROC. COP. = 0316.

Código 1200 - Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio - Entidades Vinculadas.

Código 1253 - Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR.

Código 2890 - Pesquisas Tecnológicas, Serviços e Controle de Qualidade em Produtos Químicos, Biológicos e Industriais. Natureza da despesa = 4130.00 FT = 00 Valor = 4.000.000 N. DO PROC. COP. = 0316

Código 4200 - Secretaria do Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente - Entidades Vinculadas.

Código 4289 - Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Código 4400 - Secretaria de Estado dos Transportes - Entidades Vinculadas.

Código 4490 - Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Código 1024 - Melhorias na rede rodoviária estadual - BID IV. Natureza da despesa = 3132.00 FT = 00 L Valor = 6.000.000 N. DO PROC. COP = 0316.

Código 4800 - Secretaria Especial do Esporte e do Turismo.

Código 4898 - Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR.

Código 1006 - Construção e equipamento do Centro de Excelência de Curitiba. Natureza da despesa = 4110.00 FT = 00 Valor = 900.000 N. DO. PROC. COP. = 0316. Natureza da despesa = 4120.00 FT = 00 L Valor = 100.000

Código 2748 - Promoção e Desenvolvimento do Turismo no Paraná. Natureza da despesa = 4262.00 FT = 00 L Valor = 1.000.000 N. DO PROC. COP = 0316.

Total = 30.000.000

JUSTIFICATIVA:

A apresentação deste Substitutivo pretende contemplar a manutenção dos termos orçamentários em favor de bens e serviços básicos relacionados à educação e saneamento básico. Retirar verbas destas áreas desatende ao interesse público e às necessidades mais prementes da sociedade paranaense.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 215/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 59/92, que autoriza o Poder Executivo a contrair operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, até o valor de US\$ 173.500.000,00 (cento e setenta e três milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América do Norte), para aplicação do Programa de Conservação e Melhoramento da Rede Rodoviária do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Public. no D.A. nº 110 de 11.08.92. Mens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 215/92

P A R E C E R:

O Poder Executivo apresenta Mensagem nº 59/92, que visa a contrair operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, até o valor de US\$ 173.500.000,00 (cento e setenta e três milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América do Norte), para aplicação no Programa de Conservação e Melhoramento da Rede Rodoviária do Estado do Paraná.

Procedida a análise da matéria, o presente Projeto preenche todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais, motivo pelo qual opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.09.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

O SR. DIRCEU MANFRINATO (**Pela Ordem**) - Sr.

Presidente, eu gostaria se V.Exa. pudesse me informar por gentileza, se já tem o parecer prévio da Comissão de Constituição e Justiça pela Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Projetos só têm parecer da Comissão de Justiça.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu solicito de V.Exa. a retirada por 5 (cinco) Sessões aguardando o parecer da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - O Projeto retorna a Comissão de Finanças.

O SR. ORLANDO PESSUTTI (**Pela Ordem**) - Sr.

Presidente, eu entendo que o pleiteado pelo Deputado Dirceu Manfrinato não procede, tendo em vista que o Regimento desta Casa, estabelece que o Projeto em Regime de Urgência decorridos o prazo de 10 (dez) dias e aprovado esse Regime de Urgência e dentro da prática que foi sempre adotada por esse Parlamento, possuindo ele parecer da Comissão de Constituição e Justiça ele pode vir a Plenário. E não possuindo o parecer da Comissão de Constituição e Justiça o mesmo figuraria por 3 (três) Sessões na pauta da Ordem do Dia.

Como o Projeto já transitou pela Comissão de Constituição e Justiça tem parecer favorável, a este parecer foram anexados diversas informações formuladas pelo Deputado Luiz Carlos Martins, nós entendemos que o Projeto encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário e que não se justifica a retirada do mesmo para a Comissão de Finanças.

Mesmo que o Projeto esteja em Regime de Urgência, já se passaram o período Regimental para que viesse a Ordem do Dia, possui parecer favorável da Comissão de Justiça e em outras ocasiões Projetos com

parecer da Comissão e Justiça sem parecer da Comissão de Finanças já foram apreciados por este Plenário.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (**Pela Ordem**) - Sr.

Presidente, lamentavelmente eu discordo com a posição do Líder do Governo nessa Casa, uma vez que o Plenário é soberano para decidir, como já várias vezes este mesmo episódio ficou a critério do Plenário.

E eu discordo em razão de que se não houvesse a necessidade do parecer da Comissão de Finanças que é ela que manipula a questão financeira desta Casa, não haveria a necessidade de termos a Comissão de Finanças.

Por isso eu solicito de V.Exa. que coloque sobre a apreciação do Plenário, que entendo seja soberana.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Procede a questão de Ordem do Deputado Manfrinato.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Mas existe o Requerimento pedindo a retirada da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Não, apenas ele quer audiência da Comissão de Finanças.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Não se encontra, Deputado Orlando Pessuti, o parecer da Comissão de Finanças.

Se V.Exa. quiser, eu já encaminho à Mesa, Sr. Presidente, o meu Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Não há recurso regimental.

Artigo nº 183 - Letra C (**Lê**): "Na falta desses pareceres a proposição figurará em pauta na forma Regimental antes de ser incluída na Ordem do Dia".

Isso no caso de Projeto em Regime de Urgência.

V.Exa. quiser, eu ponho na pauta.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Não é questão de querer, Sr. Presidente, que coloque na pauta, na pauta na falta de pareceres.

Nós temos o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto está em Regime de Urgência, já se passaram os 10 (dez) dias regimentais para apreciar um Projeto em Regime de Urgência e nós temos o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Então eu vejo que o Projeto está plenamente em condições de ser apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - V. Exa.

labora em equívoco quando fala nos 10 (dez) dias, o Requerimento de Urgência foi apresentado no dia 28. Assim mesmo, na letra "C": "na forma desses pareceres", no plural.

Então nós temos que obedecer o Regimento Interno.

Vou conceder à Comissão de Finanças 48 horas para parecer dispensando que o projeto figure na pauta.

A Mesa considera o projeto apresentado em 1.^a discussão porque se trata de sua constitucionalidade.

Retorna à Comissão de Finanças.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - **(Pela Ordem)** -

Vossa Excelência colocou em discussão o projeto? Foi votado em primeira discussão?

O SR. PRESIDENTE - **(Anibal Khury)** - Foi

votado. Quando o Deputado Manfrinato requereu a audiência na Comissão de Finanças o projeto já tinha sido votado.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - **(Pela Ordem)** -

Eu quero registrar o voto contrário da nossa bancada e, ao mesmo tempo, enquanto o projeto retorna à Comissão de Finanças, na nossa avaliação o projeto está muito obscuro.

Não se diz no projeto, pelo menos que conste da Ordem do Dia, as fontes de recursos para efetuar o pagamento dessa dívida que o Paraná vai fazer. E da mesma forma a programação de aplicação desses recursos, desses montantes.

E eu queria sugerir aos Senhores Deputados da Comissão de Finanças que observassem isso e registrar nosso voto contrário ao projeto na primeira discussão.

O SR. PAULO MAIA - **(Pela Ordem)** - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa preocupação nesse ponto e, acho que o pedido do Deputado Dirceu Manfrinato procede, porque nos causa uma preocupação a forma como está apresentado o referido projeto. Ele autoriza o Governo contrair empréstimo no valor de 173 milhões e meio de dólares a serem aplicados em estradas, conservação e melhoramentos.

É necessário aprofundar a discussão, senão vejamos o contra-senso em relação ao projeto anterior o n° 224 que prevê, que pretende retirar 6 bilhões do DER e remanejá-los de acordo com o projeto 224. E agora o Governo pede autorização para contrair empréstimo para conservação de estradas. Então, há uma contradição, inclusive, nessa mensagem quando estabelece o projeto anterior. Essa é nossa preocupação e tenho certeza que merecerá uma análise mais aprofundada da Comissão de Finanças referente a este caso e que não se deixe

de verificar o que estabelece o Projeto n° 224.

Nós registramos a nossa preocupação com relação a isso, o cancelamento para um determinado fim e depois o pedido de autorização para aquele mesmo fim que pediu o cancelamento no projeto anterior.

O SR. COLOMBINO GRASSANO **(Pela Ordem)** -

Sr. Presidente, também queria alertar aos membros da Comissão de Finanças que o Decreto n° 4320 que regula esta matéria estabelece que as autarquias e as economias mistas tem seus orçamentos próprios e não poderia haver o cancelamento de uma verba desta economia mista transportando para a administração direta o que vem ocorrendo nessa Mensagem Governamental n° 224.

É apenas um indicativo para os membros da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE - **(Anibal Khury)** - A Mesa

informa que vai encarecer à Comissão de Finanças que proceda estudos cuidadosos na elaboração do parecer que diz referência à mensagem governamental.

O SR. PRESIDENTE - **(Anibal Khury)** - Sobre

a mesa, requerimento de n° 1363, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do Expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1363-A, de autoria dos Srs. Deputados Anibal Khury, Orlando Pesutti, Lourenço Fregonese e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1367, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1377, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, com apoio dos Srs. Deputados João Preis, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1362, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa. **(A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimentos n°s 1371 e 1370, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1372, de autoria dos Srs. Deputados Heinz Herwig, Emilia Belinati, Lygia Pupatto e demais Senhores Deputados constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1373, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Le-

gislativa.

Requerimento nº 1376, de autoria dos Srs. Deputados Dr. Rosinha, Ovídio Constantino e Lygia Pupatto, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 3, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei nºs 501/91, 196/92, 204/92, 207/92, 216/92, 221/92 e 222/92.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO JOÃO PREIS, EM SESSÃO DO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1992.

"Pedido de Impeachment" do mandato do Presidente da República, Sr. Fernando Collor de Mello.

BARBOSA LIMA SOBRINHO, brasileiro, casado, jornalista, residente na Rua Assunção, número 217, Botafogo, Rio de Janeiro, e MARCELLO LAVENERE MACHADO, brasileiro, casado, advogado, residente no SAS, quadra 05, lote 02, bloco nº, 1º andar, Brasília, ambos cidadãos em pleno gozo de seus direitos políticos, portadores, respectivamente, dos títulos eleitorais nºs. 19030303-96 e 8354917-73, das 84ª e 1ª Zonas Eleitorais dos Estados do Rio de Janeiro e Alagoas, vêm, com fundamento nos artigos 1º, II e 5º, XXXIV, "a", da Constituição Federal, e especialmente nos artigos 14, 41 e seguintes, da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e com base nas provas colhidas pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, oferecer contra FERNANDO AFFONSO COLLOR DE MELLO, Presidente da República,

DENÚNCIA

Por crimes de responsabilidade, previstos nos arts. 85, IV e V, da Constituição Federal, e nos arts. 8º, 7º e 9º, 7, da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, como a

seguir exposto, para o fim de ser decretada a perda do cargo e sua inabilitação temporal para o exercício de função pública.

PREAMBULO

"Todas as crises, portanto, que pelo Brasil estão passando, e que dia a dia sentimos crescer aceleradamente, a crise política, a crise econômica, a crise financeira, não vêm a ser mais do que sintomas exteriorizações parciais, manifestações reveladoras de um estado mais profundo, uma suprema crise: a crise moral". (RUI BARBOSA, "Ruínas de um Governo").

O "impeachment" não é uma pena ordinária contra criminosos comuns. É a sanção extrema contra o abuso e a perversão do poder político. Por isso mesmo, pela condição eminente do cargo do denunciado e pela gravidade excepcional dos delitos ora imputados, o processo de "impeachment" deita raízes nas grandes exigências da ética política e da moral pública, à luz das quais hão de ser interpretadas as normas do direito positivo.

Nos regimes democráticos, o grande juiz dos governantes é o próprio povo, é a consciência ética popular. O governante eleito que se assenhoreia do poder em seu próprio interesse, ou no de seus amigos e familiares, não pratica apenas atos de corrupção pessoal, de apropriação indébita ou desvio da coisa pública: mais do que isso, ele escarnece e vilipendia a soberania popular.

É por essa razão que a melhor tradição política ocidental atribui competência, para o juízo de pronúncia dos acusados de crime de responsabilidade, precisamente ao órgão de representação popular. Representar o povo significa, nos processos de "impeachment", interpretar e exprimir o sentido ético dominante, diante dos atos de abuso ou traição da confiança nacional.

A suprema prevaricação que podem cometer os representantes do povo, em processos de crime de responsabilidade, consiste em atuar sob pressão de influências espúrias ou para a satisfação de interesses pessoais ou partidários.

Em suma, o Presidente da República Federativa do Brasil há de ser julgado perante o povo brasileiro, representado por seus Deputados e Senadores, com base nos largos e sólidos princípios da moralidade política.

O vocábulo e o conceito de decoro nos vieram dos romanos. "Decus, oris" é cognato do verbo "decere", com dois significados: o neutro, de conveniente, e o moral, de decente.

O "decorum" romano traduzia sempre uma

idéia de ordem e moderação ou medida. "Ao trazer aos fatos da vida uma certa ordem e medida - observa Cícero -, conservamos a honestidade e o decoro" (De Officiis I, 17). Essa ordem e medida na vida pessoal, prossegue ele, traduzem-se pelo recato ("verecundia"), a temperança, a modéstia, o domínio das paixões e a ponderação em todas as coisas. Não há decoro separado da honestidade, "pois o que é decente é honesto e vice-versa", (idem I, 93).

Especificamente em relação ao governante ou titular de poder político ("magistratus"), adverte Cícero, constitui munus próprio, "compreender que ele gere o Estado e que é, portanto, seu dever, defender a dignidade e o decoro do cargo, observar as leis, respeitar os direitos, lembrando-se de que tudo isso lhe foi atribuído em confiança ("ea fidei suae commissa"), (idem I, 124).

Todo cargo público tem uma dignidade própria, que os romanos denominavam justamente "honor"; e essa dignidade há de ser respeitada e definida, mesmo contra seus próprios titulares.

A falta de honestidade ou decoro no desempenho de função pública não ofende apenas a comunidade dos administrados, mas produz seus efeitos perversos mais além. Ela desmoraliza a própria imagem do Estado, aos olhos do povo. Quando o Estado perde a respeitabilidade, seu ornato moral, é todo o funcionamento da máquina política que entra em colapso.

Não é por outra razão que os crimes contra a honra do Presidente da República, ou mesmo de qualquer funcionário público no exercício de suas funções, são apenados mais severamente (Código Penal, art. 141). O que se protege aí, não é apenas a honra pessoal do agente político ou do servidor público, é a própria dignidade do cargo que ele ocupa.

Em nosso direito constitucional, a definição dos casos típicos de ofensa ao decoro parlamentar não tem ficado unicamente a cargo dos regimentos das Casas do Congresso. A Carta anterior especificava as hipóteses de "abuso das prerrogativas asseguradas ao congressista ou a percepção, no exercício do mandato, de vantagens ilícitas ou imorais (art. 34, 1º). E a Constituição em vigor manteve-as substancialmente: "É incompatível com o decoreto parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas" (art. 55, 1º).

Essa especificação constitucional vale, "mutatis mutandis", para se entender o sentido de um comportamento indigno do Presidente da República. O abuso dos poderes inerentes ao cargo, bem como a percep-

ção de vantagens ou de benefícios imorais são atos de improbidade, e assinalam absoluta falta de retidão.

I - VANTAGENS INDEVIDAS

Na qualidade de Chefe do Estado e de Governo, o Presidente da República é mantido pela Nação, por meio de recursos públicos, sendo-lhe defeso, em razão da honra e decoro do cargo, exercer desde a posse qualquer atividade profissional. Fora disso, as quantias ou bens recebidos de terceiros, enquanto no exercício do mandato, devem ter causa certa e definida, sem o que se constituem em vantagens indevidas, de natureza ilícita e imoral.

Verificou-se, entretanto, que, desde 15 de março de 1990, o denunciado, pessoalmente, bem como alguns de seus familiares - a mulher, a ex-mulher, a mãe - receberam indevidamente vultuosas quantias em dinheiro, além de outros bens, sem indicação da origem lícita dessas vantagens. Essas transferências de dinheiro e de bens eram feitas reiteradamente, sejam mediante depósitos em conta bancária da secretária particular do denunciado e de seus familiares, seja mediante pagamentos diretos a empresas que venderam alfaías para guarnecer a residência particular do Presidente, ou que prestaram serviços de empreitada neste ou em outro imóvel de seu uso ou propriedade, além daquela que lhe vendeu um veículo "Fiat Elba" (A relação dessas transferências e pagamentos consta do relatório da CPI).

Não bastasse essa conduta indecorosa, constatou-se, ademais, que todos esses recursos assim carregados ao patrimônio do Presidente da República e de seus íntimos, provieram de uma organização delituosa de exploração de prestígio e tráfico de influência, controlada por Paulo Cesar Cavalcante Farias.

Essa organização, integrada por Cláudio Francisco Vieira, Ana Maria Acioli Gomes de Melo, Rosinete de Carvalho Melanias, Jorge Waldério Tenório Bandeira de Mello, Severino Nunes de Oliveira, George Ricardo Melanias, Geovani Carlos Fernandes de Melo, Marta Vasconcelos Soares e outros menos expressivos, atuavam intermediando escusos interesses privados junto à Administração.

Destaca a conclusão final do relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que Ana Acioli, secretária do Presidente da República e pessoa de sua total confiança, administrava as contas destinadas ao pagamento das despesas particulares do denunciado, sendo que dela "nenhum centavo" saía sem autorização deste.

Tais contas eram abastecidas por im-

portâncias provenientes das empresas EPC e Brasil Jet, ambas de propriedade de Paulo Cesar Farias.

Assim é que, desde meados de 1990, depósitos de expressivo valor passaram a ser feitos na conta da secretária particular do denunciado, com nomes fictícios e com uso de CPFs falsos. Entre tais depósitos, elevadas somas provenientes da praça de São Paulo, salientando-se cheques contra o Banco Rural, tiveram depositantes "fantasmas", que agiam sob os nomes de Flávio Maurício Ramos, Manuel Dantas de Araújo, Jurandir Castro Menezes, José Carlos Bonfim, Carlos Alberto de Nóbrega e Rosimar Almeida (cf. relação dos cheques no relatório da CPI).

Está comprovado que os chamados "fantasmas" foram responsáveis por depósitos nas contas da primeira-dama, da secretária desta, Maria Isabel Teixeira, da mãe do denunciado, de sua ex-mulher, do mordomo de sua residência, da Brasil Gardens e de seu proprietário, Roberto Nehring, além daquelas de dois auxiliares imediatos do Presidente, Cláudio Vieira e Cláudio Humberto (cf. relatório da CPI).

Registre-se, ainda, que a aquisição do "Fiat Elba" do Presidente da República, foi feita com cheque administrativo, adquirido em nome do "fantasma" José Carlos Bonfim, e que a reforma de seu apartamento, em Maceió, foi paga com recursos da empresa EPC, de Paulo César Farias (v. relatório da CPI).

II - O TRÁFICO DE INFLUÊNCIA

A exploração de prestígio exercida por Paulo César Farias, que, como assinala o relatório da CPI, agia fazendo praça de amizade e prestígio junto ao Presidente da República, evidencia-se pelo fato de inúmeras empresas de vulto haverem pago à EPC, de sua propriedade, serviços por ela não prestados ou de impossível concretização, por absoluta falta de qualificação técnica.

Desse tráfico de influência, que não era e nem podia ser ignorado pelo denunciado, destacam-se aqueles que envolveram as empresas Votorantim, Tratex e Vasp.

O negócio simulado com a Tratex, no valor de US\$ 200.000 (duzentos mil dólares), por contrato e por serviços verbais, foi justificado por seu diretor, na CPI, pelo interesse que tinha em informações sobre os planos econômicos que mudavam toda semana. Acrescente-se, aqui, que foram beneficiados, com depósitos dos correntistas "fantasmas", altos funcionários do Ministério da Economia.

É singular o caso da Vasp com a Petrobrás. Suficiente citar, como registra o relatório da Comissão Parlamentar Mista de

Inquérito, as pressões exercidas daquela empresa estatal, Luiz Octávio da Motta Veiga, visando que a mesma contratasse, em favor da Vasp, o lesivo mútuo de US\$ 40.000.000 (quarenta milhões de dólares), para pagamento em dez anos, apenas com a correção cambial.

Conforme o depoimento de Motta Veiga, na CPI, além da interferência de Paulo César Farias - que lhe disse que o poder que exercia provinha diretamente do Presidente da República -, também o cunhado do denunciado, o Embaixador Marcos Antonio de Salvo Coimbra, Secretário Geral da Presidência da República, fez-lhe o mesmo pedido de empréstimo, que fora considerado prejudicial à Petrobrás pelos pareceres de seus órgãos técnicos.

Ao ser informado de que o empréstimo não seria aprovado pela direção da Petrobrás, cunhado do denunciado advertiu que a concessão do mesmo era do interesse do governo. E por impedir o lesivo negócio que se impunha à Petrobrás, Motta Veiga foi demitido pelo Presidente da República. Ressalte-se, ademais, que a apuração da CPI demonstrou que a empresa EPC, de Paulo César Farias, depositou cheque de CR\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros) na conta da Empresa Viplan, de Wagner Canhedo, correspondentes a 80% do valor da primeira parcela do preço das ações da Vasp.

III - A MENTIRA

Face à publicação na Revista Isto É de 28.06.92, da entrevista do motorista Francisco Eriberto França, homem simples e de exemplar caráter, o denunciado falou à Nação em rede de televisão, em 30 de junho do corrente ano. E afirmou, mendazmente, que seus gastos pessoais eram pagos com recursos próprios, administrados por Cláudio Vieira, seu secretário particular, e repassados à secretária Ana Acioli que, para tal finalidade, movimentava conta específica. Para sustentar sua alegação, exibiu carta datilografada com assinatura de Ana Acioli, declaração firmada por Cláudio Vieira, e ofício do Banesa, pretendendo negar que Paulo César Farias, a Brasil Jet ou a Empresa EPC tivessem feito depósitos naquela conta de sua secretária.

O rastreamento de cheques e outros documentos constatou, que, ao contrário do que afirmava o denunciado à Nação, nenhum dos depósitos investigados foram feitos por Cláudio Francisco Vieira, mas, isto sim, procediam das pessoas fictícias acima referidas.

Tentando estabelecer conexão entre os correntistas "fantasmas" e Cláudio Vieira, para fazer crer que deste provinham, indi-

retamente, tais depósitos, montou-se a chamada "Operação Uruguai" farsa patente a respeito da qual o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito fez restrições de toda ordem, destacando os péssimos antecedentes dos parceiros naquele escuso negócio, que se disse realizado na República vizinha.

A questão fundamental, para a pretendida ligação entre a importância dita emprestada no Uruguai e a conta de Ana Acioli, deflui da declaração do "doleiro" Najum Turner, asseverando que administrava contas dos correntistas "fantasmas", que faziam generosos depósitos para a secretária particular e para os familiares do Presidente da República.

Os autos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, todavia, demonstram, por provas documentais e periciais, que os correntistas "fantasmas" foram criação do esquema de Paulo César Farias e tinham suas contas administradas por ele por seus auxiliares, de cujos punhos provinham as assinaturas daquelas figuras fictícias.

Tais correntistas "fantasmas" tiveram suas fichas cadastrais preenchidas por Rosinete Melanias, secretária de Paulo César Farias, que nelas constava como apresentante, e tinham como endereço o mesmo da empresa EPC.

Desta maneira, desmorona a tentativa de estabelecer um nexo entre o pretenso empréstimo contraído no Uruguai e a conta de Ana Acioli, destinada ao pagamento das despesas pessoais do denunciado, pois não se encontrou qualquer vínculo entre aquela conta e Najum Turner, nem entre este e os correntistas "fantasmas".

Assim sendo, tornou-se ainda mais veemente a mentira proferida pelo Presidente da República, em rede nacional de televisão.

IV - FALTA DE DECORO E DE DIGNIDADE PARA O EXERCÍCIO DO CARGO

Há acusações pessoais, feitas ao denunciado, verdadeiramente chocantes e estarrecedoras. A Nação ainda não se refez do espanto e da revolta que lhe causou a revelação do próprio irmão do Presidente, Pedro Collor de Mello, registrada no relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito:

"Paulo César Cavalcante Farias teria dito que mantinha sociedade informal com o Presidente da República, a quem transferia 70% dos lucros. Este detalhe é relevante, primeiro, porque se a sociedade existe, investigar a atividade de Paulo César implica investigar a atividade do sócio, para cujo efeito esta CPI não dispõe de poderes; segundo, porque as investigações posteriores, mesmo que o Presidente

fosse investigado, encontraram evidências sobre essa relação, verificando-se que efetivamente Paulo César financiava, inclusive através de contas fantasmas, despesas pessoais do Presidente da República.

Jamais se teve notícia de governante atingido por acusação tão desmoralizadora, ao seu simples relato.

Todo o conjunto de fatos apurados não apenas no âmbito parlamentar, mas também pela Polícia Federal, caracteriza comportamento incompatível com a honra, a dignidade e o decoro que se exigem do Presidente da República.

A falta de decoro, a saber, a desordem e imoderação de vida, a ligação com pessoas desonestas, o recebimento de vantagens indevidas, representa aquela traição e abuso da confiança pública, assinalada por Cícero em relação aos magistrados políticos, e reiterada por Hamilton, um dos Pais Fundadores da federação norte-americana, como justificadora do "impeachment" presidencial ("O Federalista", n.º 65).

Por força de tudo isso, o denunciado, como se percebe claramente e com maior intensidade a cada dia, perdeu, inclusive e notadamente para exercer o comando supremo das Forças Armadas (Constituição Federal, art. 142), toda autoridade moral para governar a Nação, bem como para representá-la internacionalmente. O desrespeito popular à sua pessoa coloca em jogo as instituições da República. Seu afastamento do cargo, portanto, patenteia-se inevitável e urgente, como medida de saneamento político e administrativo, dentro do estrito quadro constitucional.

O clamor público, a passeata dos jovens de nosso País, as praças públicas tomadas de cidadãos indignados são a demonstração da perda da dignidade de Fernando Affonso Collor de Mello para o exercício do cargo de primeiro mandatário da Nação.

Falta ao denunciado dignidade para o exercício do cargo de Presidente da República, ou seja, respeitabilidade, por meio da qual se impõe, o Chefe de Estado, perante os servidores e perante a população; falta ao denunciado a honra, outro atributo indispensável para o exercício do cargo de Chefe de Estado, consistente na reputação do crédito e apreço que deve possuir frente à Nação; falta-lhe, enfim, o decoro, enquanto virtude da decência, que deve pautar a vida pública e privada do administrador.

V - GRAVE OMISSÃO

O Presidente da República, diante do recebimento injustificado de vultosas quantias por meio de correntistas "fantasmas", e diante do fato notório do tráfico

de influência exercido por Paulo César Farias, apesar de muitas vezes alertado, como se vê no relatório da CPI, omitiu-se no cumprimento de seu dever básico de zelar pela moralidade pública, valor primacial que deve, seguindo a Constituição Federal, presidir a Administração.

Basta exemplificar com a art. 5º da Lei nº 8.027/90, sancionada pelo próprio denunciado, que considera faltas administrativas puníveis com demissão a bem do serviço público, o fato de o funcionário:

" I - valer-se ou permitir dolosamente que terceiros tirem proveito de informação, prestígio ou influência, obtidos em função do cargo, para lograr, direta ou indiretamente, proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

VIII - aceitar ou prometer aceitar propinas ou presentes de qualquer tipo ou valor, bem como empréstimos pessoais ou vantagem de qualquer espécie em razão de suas atribuições."

A moralidade administrativa e a probidade no exercício das funções públicas não admitem que o servidor público receba, propina comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições (Lei nº 8.112/90, art. 117, XII).

Também incompatível com a dignidade, a honra e o decoro, para o exercício de função pública, sob pena de demissão, é valer-se o funcionário de seu cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da coisa pública (Lei nº 8.112/90, art. 117, IX).

Se esta é a disciplina do funcionário, menor não pode ser a do Presidente da República, a quem incumbe, segundo o art. 84, II da Constituição, exercer a direção superior da administração federal. A administração pública há de pautar-se pelos princípios da moralidade e da legalidade, conforme dispõe a Constituição em seu art. 37, e respectivo parágrafo 4º.

Houve-se portanto, o Presidente da República, com grave omissão, permitindo tácita ou expressamente infração a lei federal de ordem pública; os depósitos em sua conta e em benefício de seus familiares por meio de correntistas "fantasmas", constituíam evidente sonegação fiscal e falsidade documental; eram fruto de exploração de prestígio e desrespeito aos dispositivos das Leis nºs 8.112/90 e 8.027/90, que disciplinam a Proibidade administrativa no exercício de funções públicas. São de ordem pública as leis que regulam assunto de direito público, mormente de interesse do Estado e de Preservação da Administração.

Perfeita é a conceituação de CARLOS MAXIMILIANO, em seu consagrado livro "Her-

menêutica e Aplicação do Direito" (Rio de Janeiro, Forense, 9ª Ed., p.216).

Consideram-se de ordem pública as disposições que se enquadram nos domínios do Direito Público: entram portanto, naquela categoria as constitucionais, as administrativas, as penais, as processuais, as de polícia e segurança e as de organização judiciária".

E continua o ilustre jurista:

"Não parece ocioso especificar que também pertencem à classe referida as leis de impostos".

Assim sendo, houve, por parte do Presidente da República, infração ao disposto no art. 8º, 7, da Lei nº 1.079/50, ao permitir, com sua omissão, de forma tácita ou expressa, infração a lei federal de ordem pública, ou seja, afronta a leis penais, administrativas e tributárias.

O PEDIDO

Investidos da função de juízes e compenetrados da importância histórica da decisão que vão proferir, os membros do Congresso Nacional hão de inspirar-se na lição de Rui Barbosa, quando invocou os dizeres do grande pregador do Século XVII, o Padre Manuel Bernardes:

"A todo que faz pessoa de juiz, ou ministro, manda Deus que não considere na parte a razão de príncipe poderoso ou de pobre desvalido, senão só a razão de seu próximo... Bem praticou esta virtude Canuto rei dos vândalos, que mandando justicar uma quadrilha de salteadores, e pondo um deles embargos de que era parente del Rey, respondeu: se provar que é nosso parente, razão é que lhe façam a força mais alta".

Nem hão de olvidar, também, o ensinamento de Edmund Burke:

"É por este tribunal que os governantes que abusam do poder são julgados; não segundo as minúcias e refinamentos da teoria criminal, mas de acordo com os largos e sólidos princípios da moralidade".

Quando o Poder Legislativo se reúne para julgar atos de improbidade do Chefe do Poder Executivo, não é apenas a figura humana deste que está em julgamento, mas a honra e a dignidade da Nação Brasileira.

Assim sendo, pelos fatos acima imputados, denuncia-se, a Vossa Excelência, FERNANDO AFFONSO COLLOR DE MELLO, Presidente da República, por infração aos Arts. 85, IV e V, da Constituição Federal, e 8º, 7, e 9º, 7, da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, requerendo que, recebida esta como objeto de deliberação, e admitida nessa Câmara dos Deputados a acusação ora formulada, seja a mesma remetida ao Senado Federal, onde será julgada, com o reconhecimento de sua procedência, para aplicar ao denunciado a pena de perda do cargo, com

inabilitação por oito anos para o exercício de função pública, sem prejuízo do procedimento penal competente, pelas infrações penais comuns, na forma do art. 52, parágrafo único, da Constituição.

PROPOSITURA DE PROVAS

Requerem a juntada do incluso relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para "apurar fatos contidos nas denúncias do senhor Pedro Collor de Mello referentes às atividades do senhor Paulo César Cavalcante Farias" (doc. 1), bem como dos pronunciamentos do ora denunciado, feitos nos dias 30 de junho e 30 de agosto deste ano, através de rede nacional de rádio e televisão, e publicados em toda a imprensa do País (doc. 2 e 3); requerem também, na forma do art. 16 da Lei nº 1.079/50, sejam requisitadas cópias do inteiro teor dos autos do inqué-

rito realizado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, e de todas as peças, colhidas até agora, no inquérito policial instaurado pela Polícia Federal acerca das mesmas imputações, e do respectivo relatório, se já estiver concluído. Ainda para comprovação do alegado, os denunciantes apresentam o seguinte rol de testemunhas:

- 1 - Francisco Eriberto Freire de França;
- 2 - Sandra Fernandes de Oliveira;
- 3 - Luiz Octávio de Motta Veiga;
- 4 - Paulo César Cavalcante Farias;
- 5 - Najum Turner, e
- 6 - Cláudio Francisco Vieira, todos com qualificação e endereço nos autos da CPMI.

Brasília, 1º de setembro de 1992.

BARBOSA LIMA SOBRINHO
MARCELLO LAVENÈRE MACHADO"